

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PRESENÇA E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO  
SOCIAL NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA  
IDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

DANIELE APARECIDA MAFIOLETE

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 18/02/08

  
Rosana Maria Gaio  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

Florianópolis  
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PRESENÇA E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO  
SOCIAL NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA  
IDADE EM INTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL**

**DANIELE APARECIDA MAFIOLETE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edaléa Maria Ribeiro.

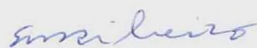
**Florianópolis  
2008**

**DANIELE APARECIDA MAFIOLETE**

**PRESENÇA E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO  
SOCIAL NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA  
IDADE EM INTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL**

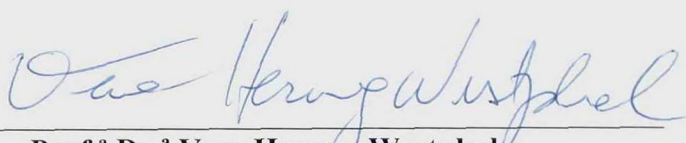
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edaléa Maria Ribeiro**  
**Orientadora**



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Herweg Westphal**  
**1.<sup>a</sup> Examinadora**



---

**Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento**  
**2.<sup>o</sup> Examinador**

**Florianópolis, 18 de dezembro de 2008.**

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Solange por seu amor incondicional e apoio indispensável e aos meus irmãos Fábio e Marcelo, pelo carinho e incentivo. Amo vocês!

Ao meu namorado Vinicius que, quando distante, conseguiu se fazer ainda mais presente na minha vida. Seu amor é fundamental.

Ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade pela oportunidade de realização do Estágio Obrigatório, que serviu de inspiração para este tema de pesquisa.

À assistente social do NETI, Maria Cecília Godtsfriedt, por acompanhar e auxiliar o meu processo de aprendizagem da prática profissional.

Aos assistentes sociais que participaram desta pesquisa, sem os quais a sistematização do conhecimento não seria possível.

À professora e orientadora Edaléa Maria Ribeiro por compartilhar seus conhecimentos e por seu comprometimento e seriedade no decorrer deste processo. Muito obrigada!

Às amigas Debora Girardi, Cristiane Guanabara e Elaine Lima, pela amizade, convivência, conversas e momentos de descontração.



## RESUMO

MAFIOLETE, Daniele Aparecida. Presença e atribuições dos Profissionais de Serviço Social nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade em IES do Brasil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Curso de Graduação em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis: 2008. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edaléa Maria Ribeiro.

Este estudo teve como objetivo basilar identificar a presença do Serviço Social nas Universidades Abertas à Terceira Idade do Brasil e de que forma este profissional se insere neste espaço sócio-ocupacional, identificando, ainda, suas principais competências e atribuições profissionais. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa exploratória e descritiva, cuja técnica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionário junto a assistentes sociais, cada um representando uma IES distinta. Como resultado, observamos que a intervenção dos assistentes sociais nestes programas se faz, em grande medida, a partir da participação em equipes multi-interdisciplinares com destaque para a realização de estudos, levantamentos e pesquisas sobre os usuários e a orientação a indivíduos, famílias, grupos, comunidade, para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos. Como referencial teórico, optou-se por utilizar autores como Meire Cachioni (2003) e Lucia Palma (2000) para as reflexões sobre o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, bem como autores específicos da área de serviço social, como Marilda Yamamoto (2001) e Yolanda Guerra (2007), dentre outros autores, para o embasamento das reflexões acerca da intervenção profissional do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Questão do idoso; Universidade Aberta à Terceira Idade; Serviço Social, competências e atribuições privativas.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Competências e atribuições privativas desenvolvidas pelos assistentes sociais nos programas Universidade da Terceira Idade .....	45
Tabela 2: Instrumentais técnico-operativos mais utilizados pelos assistentes sociais nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade .....	51

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Distribuição dos assistentes sociais por instituições de ensino superior e programa em que atuam .....	39
--	----

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Presença do programa Universidade Aberta à Terceira Idade nas IES do Brasil ....	23
Figura 2: Presença do profissional de Serviço Social nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade nas IES do Brasil .....	37
Figura 3: Vínculo empregatício dos assistentes sociais .....	41
Figura 4: Tempo de atuação dos assistentes sociais no programa .....	42
Figura 5: Carga horária semanal dos assistentes sociais no programa .....	43
Figura 6: Titulação dos assistentes sociais .....	43

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>1 O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE</b> .....	11
<b>1.1 O surgimento das Universidades Abertas à Terceira Idade no contexto internacional</b> .....	13
<b>1.2 A trajetória das Universidades da Terceira Idade no Brasil</b> .....	18
<i>1.2.1 Um breve panorama do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade em Instituições de Ensino Superior do Brasil na atualidade</i> .....	22
<b>1.3 O Programa Universidade Aberta à Terceira Idade sob a perspectiva da Educação Permanente</b> .....	24
<b>2 A PRESENÇA DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL</b> .....	30
<b>2.1 Competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social: uma breve reflexão</b> .....	30
<b>2.2 Universidades Abertas à Terceira Idade: espaços sócio-ocupacionais dos assistentes Sociais</b> .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	65
<b>APÊNDICE A</b> .....	71



## INTRODUÇÃO

Presenciamos em nosso país um acentuado crescimento da população idosa. De acordo com dados da Síntese dos Indicadores Sociais 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, as pessoas com 60 anos de idade ou mais representam 10,5% da população total do país. A estimativa é de que até 2025 este número chegue a 30 milhões, o que irá representar 13% da população brasileira.

Este fenômeno incontestável deve-se, principalmente, à redução da mortalidade somada ao declínio da taxa de fecundidade, além de ser resultado de avanços tecnológicos que permitem uma maior expectativa de vida. O elevado aumento do número de idosos em todo o mundo – quer em países desenvolvidos, quer em países em desenvolvimento, tal qual o Brasil – em contraposição à diminuição do grupo etário de jovens, ocasionou a denominação, por parte da Organização das Nações Unidas, da “Era do Envelhecimento”, período que vai de 1975 a 2025, o que corresponde a um ciclo de cinquenta anos.

Até meados dos anos 70, presenciava-se o fortalecimento do modo de produção capitalista que, ao valorizar a produção de bens materiais, relegava o idoso como indivíduo improdutivo economicamente, motivo pelo qual não servia mais à sociedade. Malgrado isto, com o aumento da expectativa de vida e a melhoria de sua qualidade, tornaram-se crescentes os espaços para novas maneiras de perceber o processo de envelhecimento, principalmente porque o papel social do idoso passou a ser revisto. É visível a existência de uma nova mentalidade acerca da velhice que vem, paulatinamente, perdendo seu aspecto negativo, principalmente nos países europeus.

Neste sentido, cumpre sinalizar que o processo de envelhecimento não se reduz somente a uma questão demográfica, pois, correlatamente, é influenciado por fatores como a classe social, o nível educacional, a etnia, além das representações culturais, elementos estes que não devem ser relegados na elaboração de serviços e políticas para este segmento populacional. De acordo com VALLE (1998, p. 39), “o idoso de hoje, de certa maneira, está voltando a interessar às empresas, bancos, escolas, aos partidos políticos e às universidades”.

Foi desta forma que, influenciados por esta rápida inversão da pirâmide demográfica, os órgãos públicos passaram a conferir mais atenção no trato com as questões do envelhecimento, através de políticas sociais condizentes com a realidade que se impunha.



Isto acarretou novas propostas de atividades para os idosos, que influenciam uma significativa minimização dos estereótipos históricos impostos a este segmento. Dentre estes espaços está a universidade, ainda que de forma incipiente, como veremos. Através de programas voltados para a educação permanente de adultos, oferece a oportunidade de participação dos idosos em atividades intelectuais, sociais e físicas. Segundo Neri e Cachioni (1999), os idosos vêem na educação um instrumento de ascensão social e de promoção do conhecimento.

Sabe-se que a idéia de educação permanente, utilizada nas Universidades da Terceira Idade e defendida por intelectuais da atualidade, tem como precursor João Amós Comênio, pedagogo, que já no século XVII acreditava que os sujeitos deveriam contar com algum tipo de preparação para a velhice. O aprendizado, necessariamente, teria de estar presente nesta etapa da vida para que o indivíduo dela usufruísse sem angústias. Em uma sociedade em que a velhice era constantemente negada, o pedagogo sustentava a necessidade de que, na educação, fosse incluída uma nova maneira de encarar a velhice e a vida.

Entretanto, a idéia de um espaço dedicado às atividades culturais e de sociabilidade de idosos, no qual estes pudessem ocupar seu tempo livre, surgiu somente na década de 1960, na França, e tem na figura de Pierre Vellas o precursor da Universidade da Terceira Idade. Segundo Vellas, o objetivo destas universidades seria tirar os idosos do isolamento, potencializando seu interesse pela vida e modificando sua imagem perante a sociedade.

Esta tendência já havia se espalhado por outros países e, na década de 1960, chega ao Brasil. A primeira experiência brasileira de educação para adultos idosos foi implementada pelo SESC (Serviço Social do Comércio), quando foram fundados grupos de convivência, através de programação voltada para lazer e preenchimento do tempo livre.

Em 1973, sob a influência da experiência francesa – que nesse ano criou na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse a primeira Universidade da Terceira Idade – foram também criadas as Universidades da Terceira Idade<sup>1</sup> no Brasil, tendo como proposta a educação permanente.

A partir deste período, diversas Universidades Abertas à Terceira Idade surgiram no país, oferecendo informações sobre o envelhecimento, objetivando promover a auto-estima e o resgate da cidadania dos idosos, bem como incentivar sua autonomia e integração social.

---

<sup>1</sup> A denominação “Universidade da Terceira Idade” se deve à experiência pioneira da França que denominou estes espaços como *Université du Troisième Age*. Entretanto, no Brasil é comum também a existência de programas intitulados “Universidade Aberta à Terceira Idade”.



Segundo Martins de Sá (2000, *apud* CACHIONI, 2003), entre 1990 e 1999, esses programas expandiram-se de seis para aproximadamente cento e quarenta.

Estes programas vêm se constituindo em espaços privilegiados e potencializadores de ações que estimulam o protagonismo e a participação social de idosos. Na maior parte destes programas, os idosos são instrumentalizados para lutar por seus direitos sociais, através da compreensão de que eles são sujeitos deste processo.

O tema da participação social está presente no texto da Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8842, de 4 de janeiro de 1994), em seu primeiro artigo, que declara que “a Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.” Entretanto, o que se observa é a existência de uma lacuna entre a lei e sua efetivação, o que corrobora para a necessidade de que temas como estes sejam trabalhados nos programas direcionados para os idosos e mesmo para a sociedade como um todo.

O Ministério da Educação, através de inúmeras reuniões que participou em caráter formal, teve como iniciativa a elaboração de um Programa de Apoio à Implantação da Política do Idoso (PAPI/MEC), que delineia as linhas políticas no trato da questão da população idosa. Para isto, uma das ações propostas diz respeito a ações de incentivo e apoio à criação e funcionamento das atividades de extensão desenvolvidas pelas supracitadas Universidades Abertas à Terceira Idade.

O Serviço Social como profissão tem feito parte destes referidos programas, ainda que de forma muito incipiente. Entendemos que a atuação dos assistentes sociais junto ao segmento idoso e, particularmente, nas Universidades da Terceira Idade, mostra-se relevante e procedente. A partir de minha atuação enquanto estagiária no Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI/PRPE/UFSC e observando que, embora a ocupação deste espaço de trabalho pelo Serviço Social apresente-se incipiente, este vem demonstrando ser uma área profícua à profissão.

Durante o estágio curricular obrigatório realizado no referido Núcleo, pude perceber que a atuação do assistente social neste espaço sustenta a consonância de suas ações com os princípios fundamentais que norteiam a ação profissional, em conformidade com o atual Código de Ética Profissional, pois mantém seu “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Além disso, a atuação deste profissional vem contribuir nas áreas política e social de atenção ao idoso, promovendo reflexões que vêm ao encontro de lutas pela implementação de políticas que contemplem a realidade deste segmento em nosso país.

Entretanto, a despeito do grande número de Universidades Abertas à Terceira Idade no Brasil, poucas são as que contam com assistentes sociais em seu quadro de profissionais. Além disso, são poucas – ou inexistentes – pesquisas que visem à identificação da atuação profissional nestes espaços sócio-ocupacionais.

É daí que surge o interesse em pesquisar quantas Universidades Abertas à Terceira Idade existem no Brasil, quantas mantêm assistentes sociais em sua equipe profissional e, nesta, como se insere o Serviço Social.

Destarte, o estudo ora apresentado tem como objetivo principal identificar a presença do Serviço Social nas Universidades Abertas à Terceira Idade do Brasil e como este profissional se insere neste espaço sócio-ocupacional, identificando, ainda, suas principais competências e atribuições profissionais.

Entretanto, entendemos não ser possível discorrer acerca deste tema sem antes contextualizar a questão do envelhecimento, bem como ponderar sobre as primeiras políticas sociais e demais ações voltadas ao segmento idoso, em âmbito internacional e nacional. Para tanto, o primeiro capítulo deste trabalho aborda as primeiras iniciativas de instituições sociais e educacionais voltadas aos idosos, que propiciaram, além do desenvolvimento da Gerontologia Educacional, o surgimento do Programa denominado Universidade Aberta à Terceira Idade ou ainda Escola Aberta à Terceira Idade que têm como base o conceito de educação permanente.



## 1 O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE

Sabe-se que o envelhecimento é um processo inerente aos seres humanos, considerado ordem natural presente no ciclo da vida. Entretanto, as formas de se perceber o envelhecimento e a imagem produzida acerca da velhice variam conforme os tempos, os lugares e os padrões culturais.

Para Beauvoir (1990), a palavra “velhice” apresenta dois sentidos distintos: um, como categoria social, mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias; e outro, no sentido de que esta [*a velhice*] é, para cada indivíduo, um destino singular – o seu próprio.

Nos diferentes povos, o entendimento sobre o processo de envelhecimento modifica-se de acordo com a variável cultural. Na civilização oriental, desde tempos remotos, os idosos eram respeitados e valorizados pela sabedoria que lhes era aferida.

Já na civilização ocidental, em determinadas culturas, o processo de envelhecimento era visto de modo pouco favorável e depreciativo, de tal forma que a velhice era correlacionada à doença.

Ao analisar o processo de envelhecimento em uma visão histórica, Schachter-Shalomi e Miller (1996) relatam que nas relações sociais em diferentes épocas e sociedades, as formas de inclusão ou exclusão dos idosos baseavam-se nos direitos e deveres determinados pelos valores de cada cultura.

Assim sendo, pode-se apreender que a

[...]maturidade e a velhice, desde sempre, constituem desafios a todas as sociedades humanas, sobretudo no mundo moderno, cuja dimensão social encontra-se centrada na juventude, como mito e valor que orientam a percepção de mundo e a compreensão possível da vida (GUSMÃO, 2001 p. 113).

Debert e Simões (1994) ressaltam que a preocupação com os idosos só se fez presente nas sociedades americanas e francesas quando a primeira geração de trabalhadores envelheceu. A velhice passou, então, a ser correlacionada à invalidez e à improdutividade, colocando em voga a questão sobre quem deveria arcar com os velhos, se a família ou a empresa. Desta forma, a questão do envelhecimento era tratada de forma análoga à aposentadoria, demonstrando muito mais uma preocupação com os problemas econômicos que o grande crescimento demográfico de idosos poderia acarretar, do que com a questão social mais ampla que envolvia a velhice.



Trazendo a discussão para o âmbito nacional, o segmento idoso só passou a ser reconhecido pela comunidade e ser alvo de políticas oferecidas por entidades públicas e privadas nas últimas décadas. Aos idosos, até então, cabiam as ações caritativas e a assistência filantrópica realizada, em grande medida, pelas Santas Casas de Misericórdia e por Congregações Religiosas. Somente com o advento da industrialização – período no qual houve uma efetiva distinção entre os adultos economicamente produtivos e os que já não tinham mais capacidade produtiva plena, ou seja, os idosos – iniciaram-se alguns movimentos que visavam à garantia de alguns direitos, de modo geral, trabalhistas.

Na época da ditadura militar, a primeira medida que veio normatizar a assistência aos idosos se deu no contexto da previdência social, e era restrita aos idosos beneficiários deste sistema previdenciário. Posteriormente, na década de 1970, instituiu-se a Renda Mensal Vitalícia<sup>2</sup>, marcando o reconhecimento, por parte do Estado (resultado de pressões de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU), da necessidade de políticas sociais e de assistência médico-hospitalar voltadas a este segmento.

Dal Rio tece considerações a este respeito quando destaca que

as lutas pela aposentadoria e outros benefícios sociais à velhice [...] identificaram o idoso com o velho trabalhador sem condições laborativas, carente, portanto, da proteção do Estado. Quando esta classe transforma a questão privada da velhice em questão pública, sob a responsabilidade das instituições oficiais, baliza o surgimento da questão social do idoso, redundando no advento do sistema previdenciário brasileiro e do benefício da aposentadoria, extensivo à grande maioria dos trabalhadores. (DAL RIO 2002, p. 63).

A velhice, como questão social e política no Brasil, ganha efetiva visibilidade somente a partir da década de 1960, quando a sociedade como um todo – governo, estudiosos, instituições públicas e privadas – passam a realizar ações que vêm ao encontro das reais necessidades deste grupo etário.

Neste viés, algumas entidades, associações e programas podem ser considerados como os principais responsáveis pelo novo status conferido à velhice. A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG criada em 1961, através da institucionalização da prática médica para os idosos, contribuiu para o significativo crescimento de estudos acerca da

---

<sup>2</sup> Lei 6.179/74, que institui amparo previdenciário para os “maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada, não auferam rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da renda mensal fixada no artigo 2º, não sejam mantidos por pessoa de quem dependam obrigatoriamente e não tenham outro meio de prover ao próprio sustento”. Mais tarde esta lei foi extinta e substituída pelo Benefício de Prestação Continuada, garantido pela Lei Orgânica de Assistência Social - 8.742/93.



velhice. Ademais, o surgimento da Gerontologia enquanto ramo de saber científico colaborou para a ratificação desta nova categoria social.

Além disso, o SESC, em 1963, deflagrou uma política direcionada a este segmento, através da criação de Grupos de Convivência como meio de estímulo à participação social dos idosos e da criação das primeiras *Escolas Abertas à Terceira Idade*, [...] “sustentados numa proposta de educação permanente, que buscava o desenvolvimento das potencialidades, de novos projetos de vida e estimulavam a participação ativa do idoso na família e na comunidade” (CACHIONI, 2003, *apud* CACHIONI, 1999, p.160).

Outro movimento tido como importante para o relevo concedido à questão do envelhecimento foi aquele criado pelas associações de aposentados e pensionistas, que, em 1991, saíram às ruas para reivindicar seus direitos, protestando contra o achatamento das aposentadorias e pensões, imposto pelo governo. Este movimento ficou conhecido no Brasil como “A luta pelos 147%” e se posicionava contra o achatamento das aposentadorias e pensões, visando ao reajuste destas, em face da decisão do governo de conceder um reajuste de apenas 54%.

Também as universidades passaram a se preocupar com a questão social do envelhecimento. Segundo os argumentos de Cachioni e Neri

as universidades responderam prontamente a esse novo chamado, muito provavelmente porque, a partir do final dos anos 60, novos conceitos sobre suas finalidades deitaram raízes nas consciências dos jovens e depois nas dos políticos da educação. Foi nos departamentos e nos espíritos empenhados em transpor o fosso que separava a universidade da sociedade e envolvidos no repensar das relações entre as duas instâncias, que primeiro medrou a idéia de acolher os mais velhos. (CACHIONI; NERI 2004, p. 32).

O surgimento destas universidades abertas ao público idoso no mundo e no Brasil será o tema discutido no item que segue.

### **1.1 O surgimento das Universidades Abertas à Terceira Idade no contexto internacional**

O surgimento de espaços destinados à educação de adultos e, mais tarde, especificamente para idosos, remonta às décadas de 1960 e 1970, e tem na França e nos Estados Unidos os países pioneiros. Em ambos, vivia-se um momento de profundas



transformações<sup>3</sup> e de uma considerável intensificação do processo de envelhecimento populacional. Além disso, tanto os Estados Unidos quanto à França apresentam tradição e experiências anteriores na oferta de programas voltados à educação de adultos, preparação para o trabalho e educação para a saúde (CACHIONI, 1999).

Segundo a bibliografia utilizada, que relata o surgimento das Universidades da Terceira Idade, na década de 1960, a França desenvolveu um espaço dentro das universidades que visava à ocupação do tempo livre a que os aposentados ficavam submetidos após o término de sua atividade laboral. Além de preencher o tempo ocioso, este espaço tinha como objetivo favorecer sua sociabilidade através de atividades culturais. Esta Universidade do Tempo Livre foi a base para o surgimento de um programa de cunho mais educativo e social que se espalharia, posteriormente, por todo o mundo: as Universidade Abertas à Terceira Idade.

Em 1973, Pierre Vellas, professor de Direito Internacional da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, apresentou uma proposta que, apesar de ser baseada nas Universidades do Tempo Livre, visavam mais à educação e, por conseguinte, à saúde e ao bem-estar do idoso, do que simplesmente tirar o idoso da ociosidade.

Anteriormente à proposta realizada, Vellas utilizou-se de pesquisas acerca de programas de estudos sobre o processo de envelhecimento de universidades americanas e européias e de outras políticas desenvolvidas por outros países da Europa e da América do Norte.

Em seguida, realizou a parte prática do processo através de visitas a hospícios, alojamentos e pensões de aposentados. (VELLAS, 1997 *apud* CACHIONI, 2004). Através desta pesquisa e da contribuição de profissionais da área gerontológica, Vellas constatou que grande parte das dificuldades que os idosos enfrentavam, tais como solidão, isolamento, depressão, etc. tinham correlação e/ou eram agravadas pelas desigualdades econômicas e sociais a que eram submetidos.

Foi devido a esta conclusão que Vellas constatou a inexistência de oportunidades para os idosos e propôs que as Universidades se abrissem oferecendo a este segmento etário

---

<sup>3</sup> A segunda metade do século XX representou um momento de profundas transformações sociais, políticas e culturais em diversos países europeus e americanos. Ainda sofrendo os reflexos das perdas ocasionados pela Segunda Guerra Mundial, em Maio de 1968 eclodiu na França o movimento estudantil e de trabalhadores que lutavam, de modo geral, contra a opressão. De acordo como historiador Eric Hobsbawn, a década de 1960 foi marcada por profundas mudanças nas sociedades ocidentais. Entre elas, o aumento da população urbana, a melhora do nível educacional e melhoria das condições de vida.

programas intelectuais, de lazer, de atividade física e programas artísticos (*Idem, ibidem, p.34*).

De acordo com Vellas,

[...] os idosos podem, por sua própria iniciativa, com a ajuda técnica, oferecer contribuição particularmente útil ao desenvolvimento da vida artística, ao enriquecimento das relações sociais, à humanização da sociedade urbana, pela arte nas ruas e conseqüentemente a uma ruptura do processo de solidão a que se submetem. (VELLAS, 1977 *apud* PALMA, 2000, p. 54).

No princípio, a Universidade da Terceira Idade de Toulouse oferecia atividades esporádicas aos idosos, ou seja, não havia um programa a ser seguido, nem mesmo uma periodicidade nas atividades, o que acarretou na pouca procura por parte dos idosos. Somente a partir de 1974, deu-se início a um programa regular que se mantinha durante todo o ano, fato que conseguiu congrega grande número de idosos, fazendo com que outras universidades se embasassem nesta, criando seus próprios programas para este segmento etário.

Através desta expansão, também as pesquisas na área gerontológica foram favorecidas, ganhando suporte institucional devido a este novo campo de investigação que se estruturou, fato este que, segundo Peixoto (1997), contribuiu tanto para a elevação dos níveis de saúde dos estudantes das Universidades da Terceira Idade, quanto para os idosos de um modo geral.

Outrossim, as Universidades da Terceira Idade começaram a estruturar sua programação em três eixos: participação, autonomia e integração, de modo que os estudantes passaram a ser produtores de conhecimento através da participação nas pesquisas universitárias. (PEIXOTO *apud* CACHIONI, 1999, p. 146).

No mesmo ano, foi fundada a *Association Internationale dès Universités du Troisième Age - AIUTA*<sup>4</sup>, com o objetivo de congrega as instituições universitárias de todo o mundo que “contribuam para a melhoria das condições de vida dos idosos, para a formação, a pesquisa e o serviço à comunidade”. (Swindell; Thompson, 1995 *apud* Cachioni; Neri, 2004, p. 36). Em 1981, eram 170 instituições associadas, número que, até 1999, já ultrapassa cinco mil.

A partir destes fatos, o programa Universidade da Terceira Idade consolidou-se e, já em 1975, expandiu-se, não só por universidades francesas, mas também na Bélgica, Suíça,

---

<sup>4</sup> Órgão reconhecido pela ONU, OMS, Unesco, além de outras organizações internacionais. Promove congressos de caráter científico que reúne especialistas da área gerontológica de todo o mundo, contribuindo para o progresso dos estudos acerca do processo de envelhecimento e seus correlatos.



Polônia, Itália, Canadá e Estados Unidos. Este último, influenciado pelo modelo francês, em 1981 apresentou uma variável do programa Universidade da Terceira Idade, em Cambridge, baseando-se no ideal da auto-ajuda. Os criadores deste modelo entenderam que, além dos próprios idosos, a presença de profissionais e estudantes jovens se fazia relevante no sentido de que o conhecimento adquirido pela experiência dos idosos deveria ser compartilhado e valorizado.

Ademais, este modelo prevê que “os alunos mais velhos não precisam pagar os professores mais jovens para receber educação, “[...] beneficiam-se do contato com seus semelhantes e, através dessa ação conjunta, colaboram com a universidade e a sociedade” (PALMA, 2000, p.59).

Desta maneira, este programa expandiu-se por todo o mundo utilizando os modelos francês e inglês, dependendo da realidade dos países e do contexto em que foi inserido, ocorrendo, por vezes, a mescla de ambos os modelos. Países como a Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia e República Tcheca seguem o modelo estadunidense.

Observa-se que

estes países apresentam elementos recorrentes nos seus programas para a terceira idade. [...] A forte presença do voluntariado no corpo de organizadores e professores, a vocação para atividades educacionais, de lazer e recreativas (estas duas últimas predominantes) e a tendência de se organizarem em torno de uma coordenação para, anualmente, se reunirem, trocarem experiências e redimensionarem suas propostas (PALMA, 2000, p. 60).

Já a Espanha, Alemanha, Bélgica, Suíça e Polônia seguem o modelo francês, baseando-se nos princípios da educação permanente<sup>5</sup>. Em Barcelona, por exemplo, registra-se um contingente idoso que vai além dos 20% de sua população e só na Universidade de Barcelona há mais de seis mil inscritos no programa (*Ibidem*, p.61). Em Roma, o programa é voltado para a atualização cultural dos idosos e para a instrumentalização destes para enfrentar a velhice. Destaca-se pela formação de agentes gerontológicos que podem, posteriormente, atuar nas comunidades, disseminando as informações adquiridas (PALMA 2000).

As universidades da Terceira Idade da França e da Bélgica contam com atividades de extensão, formação e pesquisa e neste contexto priorizam o contato intergeracional.

---

<sup>5</sup> Este conceito será abordado no item 1.3 deste capítulo.

Na Alemanha e na Suíça, o programa busca adaptar os métodos de ensino às necessidades dos idosos. Na Polônia desenvolvem-se atividades prioritariamente no campo da preparação para a aposentadoria.

A Holanda mescla os modelos francês e estadunidense e, ao término do programa, os idosos recebem diploma. Já a China e o Japão, países reconhecidos por estar no ranking dos países com maior contingente de idosos do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas, vêem na educação permanente uma forma de auxiliar a adaptação dos idosos às rápidas mudanças sociais. Na China, o programa foi criado para atender à população aposentada e depois estendido às demais camadas sociais, geralmente trabalhadores e camponeses aposentados. Já no Japão, os idosos são matriculados em um curso de cultura geral e escolhem as disciplinas com que se identificam. (*idem, ibidem*).

Esta tendência chegou aos países da América Latina somente na década de 1980. A primeira experiência teve origem no Uruguai. Após o convite da ONU para participar da Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, em Viena, dois educadores uruguaios se interessaram pela temática. Dois anos após a assembléia, em 1983, foi fundada a UNI 3 Uruguai. O programa neste país difere dos demais no sentido de que é uma Universidade Aberta à Terceira Idade que não está vinculada a nenhuma universidade tradicional. Atuando em espaços concedidos pelo Ministério da Educação e Cultura, o programa da UNI 3 caracteriza-se como

uma modalidade de ensino não-formal, intergeracional e fundamentado na educação permanente [...] com a finalidade [...] de reivindicar o direito de todo adulto a ser, participar, contribuir como protagonista do desenvolvimento da comunidade, dar e receber, tomar decisões [...] (BAYLEY, 1994 *apud* PALMA, 2000, p. 69).

Após o sucesso do Programa, este estendeu-se por outras regiões do Uruguai, além de atingir países da América do Sul, como Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil. Sobre o surgimento do Programa Universidade da Terceira Idade no país, trataremos no próximo item.

Cabe salientar que existem várias denominações utilizadas por diferentes instituições para designar o trabalho dirigido ao segmento idoso, a depender dos objetivos e do modelo do programa utilizado. Conforme justifica Cachioni

em várias instituições, ainda que chamadas de universidades, o que há são cursos ou atividades de extensão mantidos pela universidade. São exemplos de denominações encontradas no Brasil: Universidade da Terceira Idade; Universidade



com a Terceira Idade; [...] Programa da Terceira Idade; Núcleo de Estudos e Pesquisa ou Núcleo de Apoio à Terceira Idade [...]. (CACHIONI, 2003, p.51-52)

Do exposto, pode-se apreender que o termo “Terceira Idade” é recorrente e vem sendo utilizado para caracterizar a população idosa. Diversos autores justificam sua utilização por ser um termo menos pejorativo. Além disso, como destaca Debert (1999, p. 155), foi empregado para atender a interesses de um mercado de consumo emergente.

Apesar de não concordar com este termo, por acreditar que este não condiz com as variáveis que envolvem a velhice, já que dá a idéia de que o processo de envelhecimento envolve apenas a idade cronológica, o mesmo será utilizado neste trabalho tão somente para designar as pessoas idosas ou em processo de envelhecimento.

## 1.2 A trajetória das Universidades da Terceira Idade no Brasil

Como já mencionado, as primeiras iniciativas assistenciais voltadas ao público idoso no Brasil surgem ainda na década de 1960, com as ações do SESC (Serviço Social do Comércio), considerado o primeiro órgão brasileiro a sistematizar um programa de atendimento específico aos idosos. Até esta década, os únicos serviços voltados ao segmento idoso eram as internações em asilos, quando se tratavam de idosos com poucas condições sócio-econômicas, além dos tratamentos para enfermidades, de cunho assistencialista.

Para os idosos que não se encaixavam no perfil acima descrito, não havia qualquer tipo de serviço, nem mesmo algum programa educacional que pudesse auxiliá-los no término de sua trajetória laboral e na adaptação ao desligamento das relações de trabalho.

Foi assim que, em 1962, constatando a demanda de políticas e projetos sociais voltados aos idosos no país, o SESC enviou técnicos aos Estados Unidos no intuito de conhecer a metodologia de trabalho desenvolvida nos *Golden Age* (como eram denominados os centros sociais para os idosos). A partir desta observação, foi apresentada uma proposta de atendimento aos aposentados que freqüentavam o SESC, trabalho este que iniciou em 1963 na Unidade SESC Carmo, em São Paulo. (SESC, 1999 *apud* CARVALHO, 2007, p. 42).

Posteriormente, o Trabalho Social com Idosos desenvolvido pelo SESC ganha outras dimensões, de cunho mais educativo, através dos Grupos de Convivência, que tinham o



objetivo de preencher o tempo livre, estimulando a participação social dos idosos. (*idem*, p. 43).

Já na década de 1970, após a consolidação e reconhecimento do trabalho desenvolvido com os idosos, surge a Escola Aberta à Terceira Idade que, baseada na experiência francesa, oferecia programas de preparação para aposentadoria, informações acerca dos aspectos relacionados ao envelhecimento, além das atividades físicas específicas para esta faixa etária.

Além de ser o pioneiro nas ações com a terceira idade, o SESC é reconhecido internacionalmente e atende, atualmente, mais de 150.000 idosos em todo o país. Desta forma, “os idosos do SESC participam de grupos de convivência, de programações de artesanato, literatura, teatro, música, coral, turismo social, esporte e ginástica, adaptados para suas condições físicas”. (SESC, 2008)

Além desta, outras instituições passaram a atuar junto aos idosos, como a extinta LBA – Legião Brasileira de Assistência, fundação pública criada em 1942 com a finalidade de auxiliar os soldados brasileiros combatentes na Segunda Guerra Mundial e que, posteriormente, passou a atender famílias da massa não previdenciária. A LBA oferecia assistência à comunidade, através de programas de complementação alimentar e de promoção nutricional, além de outras atividades que envolviam a educação, saúde, transporte, vestuário, lazer, etc.

A partir de 1977, a LBA tornou-se a instituição executora das políticas para o segmento idoso em âmbito nacional. Sua atuação junto aos idosos acontecia em dois níveis:

- a) direto: que se realizava nas suas próprias instalações e com seu pessoal técnico. Naquele ano contava com cerca de 2.000 unidades em todo o Brasil. Eram centros sociais, postos de distribuição de material, alimentos, etc., e os núcleos de voluntariado. O atendimento às pessoas idosas era feito de duas maneiras: de forma individual - concessão de próteses, órteses, documentos, ranchos, etc; e de forma grupal, nos grupos de convivência (nucleação e manutenção dos grupos);
- b) indireto: a LBA realizava convênios com asilos, pagando um per capita  $x$ , por um certo número de vagas para idosos, que ela, através de seus técnicos, selecionava e os encaminhava aos asilos conveniados, que eram supervisionados por Assistentes Sociais da LBA”. (RODRIGUES, 2001, p. 150).

Através do PAPI – Projeto de Apoio à Pessoa Idosa, a LBA desenvolvia “ações voltadas para as pessoas idosas, visando a dar-lhes oportunidade de maior participação em seu meio social e também desenvolver a discussão ampla de sua situação como cidadãos, suas reivindicações e direitos, além de valorizar todo o potencial de vivência dentro das comunidades. (RODRIGUES, 2001, p. 150).



Além disso, também eram oferecidas atividades como trabalhos manuais, excursões, passeios e bailes, geralmente destinados aos idosos das classes populares. Tais atividades se desenvolveram até a extinção da Instituição, no ano de 1995.

É somente na década de 1980 que as instituições universitárias passaram a conferir mais atenção às questões do processo de envelhecimento. Considera-se o Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI, da Universidade Federal de Santa Catarina, o primeiro programa de atendimento ao idoso inserido como um projeto de extensão dentro de uma universidade. (CACHIONI, 2003).

Em 1982, a Professora Neusa Mendes Guedes – na época, coordenadora do Serviço Social da Secretaria de Bem-Estar Social do Instituto Nacional de Previdência Social de Santa Catarina – foi convocada para discutir a questão social dos idosos, que eclodia no país, em uma reunião realizada no Rio de Janeiro. A ela foi atribuída a missão de deflagrar ações na área do envelhecimento, em âmbito local (Santa Catarina).

A partir disso, Neusa Mendes Guedes, que também era Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, juntamente com a professora Lucia Takase, do Departamento de Enfermagem, apresentou uma proposta para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à problemática do idoso dentro da Universidade. Assim, em 3 de agosto de 1983, através da Portaria n.º 0484/GR/83, do Magnífico Reitor Professor Ernani Bayer, foi criado oficialmente o NETI.

Suas atividades são oferecidas por uma equipe interdisciplinar, reunindo alunos, professores da UFSC e membros da comunidade, na sua maioria, voluntários. Em 1984, iniciam as atividades de Educação Permanente e, em 1986, os cursos de extensão à comunidade. Somente no ano seguinte é que o NETI passou a contar com funcionários administrativos.

Já em 1987, havia o envolvimento de nove departamentos da universidade, e o NETI antecipou-se ao MEC na preocupação com a questão social da velhice, sugerindo à UFSC que incluísse cadeiras de conhecimento gerontológico em alguns de seus cursos de graduação, tais como Serviço Social, Enfermagem e Medicina.

Desde o seu surgimento, o NETI apresenta como missão “redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores” (*Fonte: site [www.neti.ufsc.br](http://www.neti.ufsc.br). Acesso em: 23 ago. 2008*).

Atualmente, após 25 anos de sua implementação, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade serve de referência para estudos de graduação e pós-graduação. Com enfoque na



educação permanente, oferece cursos, grupos, oficinas e projetos voltados para alunos de terceira idade, objetivando a sua atualização e inserção social, além de formar recursos humanos para atuar na área gerontológica.

A exemplo do NETI, outras Instituições de Ensino Superior do país aderiram ao Programa. Em 1984, a Universidade de Santa Maria – RS, através do Departamento de Educação Física, passou a incentivar a prática esportiva através da oferta de uma programação de exercícios, específica para os idosos. Dez anos depois, este Projeto foi ampliado e deu origem ao Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Velhice - NIEATI.

No Ceará, em 1988, a Universidade do Ceará realizou uma pesquisa que, posteriormente, foi transformada em um projeto de Extensão, resultando na Universidade Sem Fronteiras. Através deste projeto, ofereciam atividades como

formação de grupos de pessoas idosas nos bairros e instituições; nucleação de grupos de estudo com orientação técnica, apoio docente e cursos especiais; ciclos de estudos; cursos e seminários para técnicos dos diversos programas sobre idosos; criação de núcleos do programa em vários municípios (CAVALCANTE, 1989 *apud* CACHIONI, 2003, p. 53).

Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a formação de um grupo interdisciplinar, interessado nas questões acerca do envelhecimento denominado Núcleo de Assistência ao Idoso, deu origem à Universidade Aberta à Terceira Idade que, influenciada pelo modelo francês, mantém suas ações divididas em três áreas: ensino, pesquisa e extensão. O programa oferece assistência médica e jurídica, ensino e formação de recursos humanos e é considerado atualmente um dos maiores entres as Universidades da Terceira Idade, oferecendo mais de oitocentas vagas para idosos (PALMA, 2000).

Em São Paulo, a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica criou, em 1990, um curso de extensão com o objetivo de possibilitar, através da educação permanente, a participação de idosos, especialmente aposentados e donas de casa, em atividades educativas, socioculturais, estimulando a reinserção social dos idosos. (CACHIONI, 1999).

No Sul do país, destacam-se as experiências realizadas no estado do Rio Grande do Sul. A Universidade de Caxias do Sul, além de promover as atividades de extensão, oportuniza que os idosos participem das aulas dos cursos de graduação, além de preparar recursos humanos para trabalhar as questões gerontológicas através do Curso de Especialização em Gerontologia Social.



Já a Universidade Católica de Pelotas – PUC – em parceria com a Universidade Federal da mesma cidade, promove, desde de 1993, um trabalho interdisciplinar que mobiliza seis grupos de Convivência de Idosos e atinge cerca de quatrocentas pessoas.

A Universidade do Rio dos Sinos – Unisinos – inova suas atividades ao oferecer, na esfera de especialização, o Curso de Educação Física para a Terceira Idade. Em 1995, passou a integrar o *Programa de Ação Social na Área de Envelhecimento Humano*.

A Universidade de Passo de Fundo criou, em 1990, o Centro Regional de Estudos e Atividades para a Terceira Idade (Creati), espaço destinado à discussão e debates acerca das questões que envolvem o processo de envelhecimento, através da perspectiva da educação permanente. Promove pesquisas de caráter multidisciplinar e, através de parceria com a Universidade Aberta do Uruguai, busca atualizar seus instrumentos didáticos. Em 1997 sediou o “V Encontro Latino-Americano de Universidades Abertas UNI3” cujo tema foi “Educação Permanente: um grande desafio para o século XXI”.

A partir destas iniciativas, diversas Universidades de todas as regiões do país passaram a oferecer o programa. Com denominações distintas, Cachioni e Neri salientam que “[...]há instituições que oferecem serviços de voluntariado, outras de pesquisa, outras que estimulam interações com as outras gerações, outras ainda que abrem oficinas visando a práticas sociais, literárias, técnicas ou artísticas [...]”. (CACHIONI; NERI 2004, p. 41).

### 1.2.1 Um breve panorama do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade nas Instituições de Ensino Superior do Brasil na atualidade

Devido ao grande avanço no debate acerca da velhice e das crescentes políticas e ações voltadas a este segmento – dentre estas as Universidade da Terceira Idade – conforme já registrado neste trabalho, a concepção de políticas acadêmico-científicas voltadas às questões que perpassam o processo de envelhecimento vêm crescendo de forma gradual. Martins de Sá (2000, p. 48) afirma que, entre 1990 e 1999, esses programas expandiram-se, de seis para aproximadamente cento e quarenta, em IES (Instituições de Ensino Superior) do Brasil.

No intuito de identificar quais instituições hoje oferecem programas voltados à terceira idade, recorreremos a dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), através do Censo da Educação Superior do ano de 2006 (o último até então realizado), dados estes disponíveis no site <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> - acesso em 05 de setembro de 2008. A partir

deste levantamento, constatamos que, no Brasil, existem, até a presente data, 2.270 instituições de ensino superior – públicas e privadas.

Deste universo, para identificar as IES que contam com o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, recorremos a sites específicos das Universidades. Também foram utilizados e-mails e contatos telefônicos para a confirmação das informações.

Resolvendo-se as dificuldades decorrentes dos limites impostos pela distância geográfica e pelo fato de algumas instituições não possuírem um site específico ou, ainda, o site estar desatualizado, chegamos ao número aproximado de 152 IES que contam com o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil, conforme gráfico abaixo:

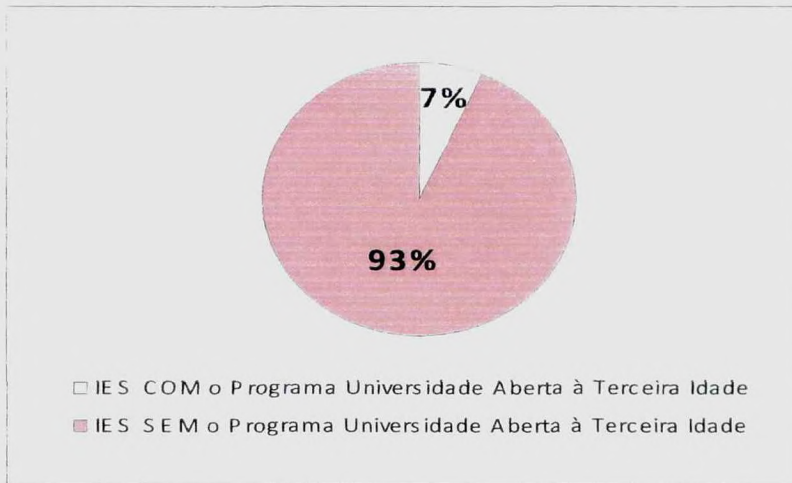


Figura 1: Presença do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade nas IES do Brasil.

Assim, o gráfico 1 nos indica que de um universo de 2.270 IES no Brasil, conseguiu-se identificar que apenas 7% destas 152 possuem o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade.

Pode-se observar que, a despeito do grande avanço destes programas, a grande maioria das Instituições de Ensino Superior ainda não apresenta um espaço destinado ao segmento idoso. Apreende-se disso o pouco incentivo conferido às questões relativas ao envelhecimento, ainda que na legislação que busca assegurar os direitos dos idosos, uma de suas prerrogativas sustente que “o Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão



editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual”. (Art. 25, Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).

A legislação brasileira é bastante avançada no que se refere à problemática do idoso, se comparada a outras legislações de países latino-americanos. Todavia, sabemos que o financiamento adequado para uma rede de serviços de atendimento aos idosos está muito aquém da realidade que nos é apresentada.

Para que estes programas voltados aos idosos se tornem uma realidade majoritária nas Instituições de Ensino Superior do país, há que se buscar apoio e valorização destes, através da definição de políticas institucionais, com a efetiva realização das ações preconizadas na legislação vigente de defesa dos direitos dos idosos, bem como da implementação de diretrizes nacionais que venham ao encontro dos Projetos Pedagógicos direcionados ao segmento idoso.

Em se tratando dos princípios que orientam os Programas, de modo geral, estes visam a “rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice; promover a auto-estima e o resgate da cidadania; incentivar a autonomia, a integração social e a auto-expressão e promover uma velhice bem-sucedida” (CACHIONI, 2003, p.53).

Cabe ressaltar que, desde o surgimento destes programas, deu-se grande ênfase à educação como possibilidade de promoção de uma velhice bem-sucedida e de ganhos evolutivos por propiciar os contatos sociais, as trocas de vivências e de conhecimentos. (Neri e Cachioni, 1999, p. 124). Assim, entendemos ser importante compreender a educação no contexto dos programas voltados ao segmento idoso.

### **1.3 O Programa Universidade Aberta à Terceira Idade sob a perspectiva da Educação Permanente**

“A noção de que, na vida, ao homem lhe basta uma bagagem intelectual e técnica está sendo superada com incrível rapidez”. (LEINGRAD, 1973 *apud* PALMA, 2000, p. 93). A partir desta justificativa, Lengrand desmistifica a idéia de que o aprendizado se processa apenas durante um período de nossa vida, geralmente na infância e adolescência. Para o autor, diante da complexidade contemporânea, necessita-se, cada vez mais, de uma educação contínua, que se prolongue por toda a existência humana.



As primeiras iniciativas, no que se refere à utilização da educação como estratégia na elaboração de políticas e demais ações baseadas no desenvolvimento humano, datam da década de 1970 e têm na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) o órgão responsável pela elaboração desta proposta.

Para tanto, a UNESCO publicou, em 1972, o Relatório de Faure, o qual contribuiu com a premissa de que “[...] a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Retoma a verdadeira natureza que é ser global e permanente e ultrapassa os limites das instituições, dos programas e dos métodos que lhe impuseram ao longo dos séculos”. (FAURE, 1972 apud WERTHEIN, 2000, p. 14)

Segundo Werthein, os eixos norteadores deste Relatório, quais sejam, a educação permanente e a cidade educativa<sup>6</sup>, contribuíram para que muitos países ampliassem sua visão acerca da política educacional, outrora conservadora. Além dos eixos norteadores, o Relatório de Faure norteava-se por um princípio basilar, que dava nome ao próprio relatório: Aprender a Ser. Em outras palavras, “o fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio vir a ser”. (*Idem*, p. 17).

Entretanto, o contexto social da época e a predominância da crise econômica fizeram com que as idéias contidas no Relatório de Faure fossem relegadas ao esquecimento, diante da impossibilidade de sua concretização.

Anos mais tarde, na década de 1990, ressurgem as idéias baseadas no conceito de educação permanente. Para Palma (2000), três são as explicações para este ressurgimento: a primeira refere-se à redefinição dos papéis da mulher, que cada vez mais estão se desenvolvendo e buscando novas reivindicações e aspirações educacionais, à crescente busca dos adultos por instrução e participação em programas de educação; a segunda explicação se dá pelas modificações no mundo do trabalho, o qual exige cada vez mais aperfeiçoamento por parte dos trabalhadores, diante da nova demanda; a terceira e última explicação se faz pela crescente globalização mundial, que implica globalizar informações, dos mercados e da competitividade na esfera mundial, ressaltada a necessidade das políticas de aprendizagem. (PALMA, 2000, p.100-102).

Diante da nova conjuntura que se impunha, a UNESCO, através de uma comissão denominada Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, cria, em 1993, uma

---

<sup>6</sup> De acordo com este eixo, dever-se-ia delegar os poderes educacionais não somente a uma instituição hierarquizada, mas a todos os grupos, associações, sindicatos, corpos intermediários que, de alguma forma, teriam responsabilidades educativas. (LIZOP apud WERTHEIN, 2000, p. 15)



nova proposta que buscou relacionar as necessidades educacionais diante da globalização mundial. Esta Comissão, presidida por Jacques Delors, lançou um novo Relatório, sob o título: *Educação, um tesouro a descobrir* (1996).

A argumentação de Delors era a de que

a educação e as múltiplas formas de que essa pode se revestir fazem com que englobe todos os processos que levem as pessoas, desde a infância até o fim da vida, a um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmas, combinando de maneira flexível os quatro pilares da educação [...] (DELORS, 1996 *apud* PALMA, 2000, p. 43)

Estes quatro pilares a que Delors se refere seriam fundamentais para o desenvolvimento humano: Aprender a conhecer, tornando prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento; Aprender a fazer, não só profissionalmente, mas preparar-se para o trabalho coletivo, com iniciativa e resolutividade dos conflitos; Aprender a viver junto, desenvolvendo a percepção de interdependência, de participação em projetos comuns; e, finalmente, Aprender a ser, desenvolvendo a sensibilidade, sentido ético, criatividade e valorização das potencialidades de cada indivíduo. (CACHIONI; PALMA, 2002, p. 1102).

O objetivo último destes pilares seria, então, a educação permanente, ou seja, que durante toda a sua vida os indivíduos tenham a possibilidade de se desenvolver, independentemente da idade e das experiências pelas quais passou.

O aprendizado não seria finito quando do término de nossas atividades escolares ou acadêmicas (ou da chamada educação formal), mas se faria constante levando-se em conta o entendimento de que a sociedade vive em constante transformação e as realidades modificam-se, o que exige dos indivíduos uma autonomia dinâmica, de conhecimento e reconhecimento dos novos acontecimentos e das formas de agir perante eles.

À guisa de diferenciação, Rodrigues (1991) salienta, utilizando-se do pensamento de Pierre Furter (1974), que a educação permanente “é uma dialética da educação, com um duplo processo tanto da experiência pessoal quanto da vida social global, que se traduz pela vida ativa, efetiva e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a etapa da existência”. (FURTER, 1974 *apud* SCHONS; PALMA (Org.)).

A autora adverte, então, que



ela [a *educação permanente*] não é de adulto; não é educação profissional; não é educação extra-escolar; não é reciclagem; não é ensino supletivo; não é busca de diploma; não é educação popular, embora tudo isso possa fazer parte da educação permanente. [...] Na educação permanente, cabe à pessoa ir ao encontro do que quer aprender, aproveitar do seu ambiente o que ele lhe oferece para o seu crescimento interior e seu desenvolvimento biopsicossocial, espiritual, porque a educação permanente engloba todas as atividades da vida social que proporcionam - consciente ou inconscientemente - oportunidades educativas. (RODRIGUES, 2000, p. 145-161).

Neste sentido, as ações voltadas aos idosos e, mais particularmente, as Universidades da Terceira Idade, têm se pautado nestes ideais de educação para adultos maduros e idosos, norteando-se pelos quatro pilares de educação desenvolvidos por Delors no intento de propiciar a este segmento um desenvolvimento biopsicossocial com qualidade.

Diversos autores têm justificado a necessidade de mais investimentos na educação de idosos. Na década de 1980, a UNESCO apresentou algumas considerações acerca das finalidades da educação para este segmento. De forma sintética, ela deve despertar a capacidade de autoconfiança, a autonomia, minimizar os estereótipos negativos, o isolamento e a solidão, incentivar a intergeracionalidade; deve ainda oferecer aportes teóricos relativos ao processo de envelhecimento, atividades físicas, socioculturais e artísticas. (SCHONS; PALMA (Org.), 2000, p. 162).

Muitos autores têm desenvolvido pesquisas no Brasil, no intento de conhecer de que forma as atividades de educação permanente, desenvolvidas pelas Universidades da Terceira Idade, refletem-se na vida dos idosos. Os resultados apresentam-se positivos, revelando ganhos de suporte emocional, informacional e de enfrentamento do stress (GOLDSTEIN, 1995); a melhora nas habilidades relacionadas com a inteligência e rapidez de execução de atividades (CASTILHOS, CRUZ E AMORIM, 1997); e alterações positivas nas concepções dos próprios idosos acerca do envelhecimento, no cuidado com a saúde e na vida pessoal, intelectual e social (ERBOLATO, 1996).

A esta educação permanente, específica ao segmento idoso, denominou-se Gerontologia<sup>7</sup> Educacional. Este termo, utilizado pela primeira vez por David Peterson em 1970, em um curso de Doutorado na Universidade de Michigan, define a “área de estudos e a prática de tarefas de ensino a respeito de e orientadas a pessoas envelhecidas e em processo de envelhecimento”. (PETERSON, 1970 *apud* CACHIONI, 2003, p. 26).

---

<sup>7</sup> Importante diferenciar o termo “Gerontologia” (Gero = velhice; Logia = estudo) que designa a ciência que estuda o processo do envelhecimento, do termo “Geriatria”, ramo da medicina que enfoca a prevenção e o tratamento das doenças em idades avançadas.



O mesmo autor classificou os conteúdos da Gerontologia Educacional em três aspectos: educação para os idosos, através dos programas educacionais; educação para a população em geral acerca da velhice visando a rever os estereótipos sobre o processo de envelhecimento; e a formação de recursos humanos para o trabalho com idosos, através de capacitação técnica de profissionais. (*Idem, ibidem*).

Posteriormente, visando a uma melhor conceituação dos objetivos de cada um dos três aspectos, propôs-se que estes fossem reagrupados em duas categorias: uma, como gerontologia educacional, que envolve a aprendizagem dos idosos, e a outra, como educação gerontológica, esta voltada à formação de profissionais para atuarem junto a este segmento etário.

Todavia, em 1990, alguns autores como Glendenning e Batterby, utilizando-se do argumento de que “os paradigmas tradicionais da gerontologia educacional eram do tipo conservador, e quando levados à prática, conduziam mais à domesticação dos idosos do que a sua autonomia e emancipação” (Martinez, 1998 *apud* Cachioni, 2003, p. 27), propuseram uma gerontologia educacional mais crítica, cujo objeto de estudo seria o idoso em situação pedagógica.

A este novo modelo, chamaram *Geragogia*<sup>b</sup> ou *Geragogia Crítica*, no sentido de que esta deve proporcionar a tomada de consciência por parte dos próprios idosos acerca de seus papéis e direitos, visando ao bem-estar.

Do exposto, pode-se apreender que, a partir da estruturação das Universidades Abertas à Terceira Idade, diversos modelos educacionais foram criados, recriados e adaptados às necessidades do segmento idoso, visando a propostas e intervenções sociais que, de modo geral, tendem à socialização e ressocialização desta classe etária na sociedade.

Ademais, estas propostas têm contribuído para o surgimento de diversos estudos, inter e multidisciplinares acerca da questão social do envelhecimento, fazendo com que diversas áreas do conhecimento e distintas profissões trabalhem conjuntamente com o objetivo comum de propiciar a estes indivíduos um melhor desenvolvimento biopsicossocial e a efetivação da cidadania para este segmento populacional.

Dentre estas áreas do conhecimento, inclui-se o Serviço Social, o qual, através de sua atuação, tem-se inserido nestes espaços sócio-ocupacionais de educação para idosos.

---

<sup>8</sup> De acordo com (Lemieux 1998 *apud* Cachioni, 2003, p. 27) também pode ser denominada *Gerontagogia*.



Assim, o capítulo que segue objetiva identificar a presença do Serviço Social nas 152 IES que possuem o Programa Universidade Aberta à Terceira idade, as atribuições do profissional de Serviço Social no Programa, bem como os desafios postos por essa profissão.

## 2 A PRESENÇA DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

### 2.1 Competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social: uma breve reflexão

O Serviço Social, desde sua gênese como profissão, tem nas expressões cotidianas da questão social seu objeto de intervenção. Apresenta sua base sócio-histórica expressa pela contradição inerente ao modo capitalista de produção e pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras, sobretudo a partir do final da década de 70, quando passou a articular um projeto profissional com matriz crítico-dialética.

Os assistentes sociais, como trabalhadores inseridos na “divisão social e técnica do trabalho”, têm sua profissão identificada e compreendida como “um tipo de trabalho na sociedade” (Iamamoto, 2000) e, por essa mesma razão, têm seu exercício profissional afetado pela dinâmica e modificações impostas pela lógica do mercado.

O enfrentamento destas expressões da questão social – desde aquelas sobre as quais o Serviço Social vem intervindo a partir de sua institucionalização como profissão, até as refrações mais atuais destas manifestações – frutos das constantes interferências da agenda neoliberal, se faz através da intervenção social, concretizadas por meio das políticas sociais, programas, projetos e/ou serviços.

As ações profissionais, sempre permeadas pelo antagonismo entre as demandas do capital e as demandas do trabalho, demonstram que

[...] ao mesmo tempo em que o Serviço Social se desenvolve como atividade socialmente determinada pela divisão social e técnica do trabalho, ele é, também, simultaneamente, o resultado da prática coletiva de seus agentes profissionais. Prática essa orientada pelas concepções, intenções, expectativas e discursos que os assistentes sociais coletivamente constroem para legitimar sua própria existência como profissão na sociedade. (RAICHELIS, 1991 *apud* MENEZES p. 36).

A prática profissional, a partir do movimento de ruptura com o conservadorismo e tradicionalismo da profissão, adquire amadurecimento teórico, político e ético, permitindo a



materialização do Projeto ético-político do Serviço Social. Este avanço contempla ainda as Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996), o Código de Ética Profissional (1993) e a Lei que Regulamenta a profissão (1993), ratificando o compromisso ético-político para com as classes trabalhadoras.

O Projeto ético-político, em consonância com os aparatos legais, permitiu traçar uma direção social à profissão, através de “um conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modos de operar construídos e legitimados pela categoria profissional, cujos conteúdos objetivam a crítica da sociedade capitalista. (GUERRA, 2007, p. 8).

A instrumentalidade nas respostas profissionais – as quais devem ser embasadas e conectadas por referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos – é expressa através das funções que lhe são atribuídas, ou seja, através das competências e atribuições que fazem com que estes referenciais sejam concretizados, a partir de estratégias e respostas às demandas que lhe são colocadas.

As competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social são expressas a partir da Lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Entretanto, à guisa de diferenciação, torna-se relevante distinguir estes dois conceitos.

Ao se buscar uma definição para o termo competência, deparamo-nos com alguns significados, que geralmente convergem para a idéia de capacidade. Analisando-se etimologicamente, o termo atribuição vem de *competere*, que significa aproximar-se, encontrar-se.

No período da Idade Média, a noção de competência era associada à linguagem jurídica, referindo-se, sobretudo, a um poder que era facultado a uma pessoa ou instituição para fazer julgamentos e tomar decisões sobre questões que transitavam do âmbito individual ao comunitário (BRANDÃO; GUIMARÃES, 2001).

Na atualidade, esta compreensão vem sendo reformulada. De acordo com MELLO (2003), competência “é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação”. A autora também observa que

competências e habilidades pertencem à mesma família. A diferença entre elas é determinada pelo contexto. Uma habilidade, num determinado contexto, pode ser uma competência, por envolver outras sub-habilidades mais específicas. Por exemplo: a competência de resolução de problemas envolve diferentes habilidades - entre elas a de buscar e processar informações. Mas a habilidade de processar informações, em si, envolve habilidades mais específicas como leitura de gráficos, cálculos etc. Logo, dependendo do contexto que está sendo considerada, a competência pode ser uma habilidade ou vice-versa. Para sermos competentes,



precisamos dominar conhecimentos. Mas também devemos saber mobilizá-los e aplicá-los de modo pertinente à situação. Tal decisão significa vontade, escolha e, portanto, valores. É essa a dimensão ética da competência. Que também se aprende que também é aprendida. (MELLO, 2003)

A mesma autora também chama a atenção afirmando que “a competência só pode ser construída na prática. Não só o saber, mas o saber fazer. Aprende-se fazendo, numa situação que requeira esse fazer determinado”. A competência não seria um estado de formação educacional ou profissional, nem tampouco um conjunto de conhecimentos adquiridos. A competência não se assenta tão-somente no campo dos recursos, habilidades e conhecimentos, mas na mobilização destes, não devendo ser, portanto, separada das suas condições de aplicação.

Já o termo atribuições refere-se ao ato de conferir a alguém a prática, exclusiva ou não, de certa função. Para o Direito, consiste na outorga de facilidades e poderes específicos, a profissionais certos e determinados, para a prática de atos indicados em lei. Essas atribuições definem que tipos de atividades podem ser desenvolvidas por determinadas categorias profissionais, baseadas na formação técnico-científica de cada uma destas categorias. São previstas de forma genérica nas leis que regulamentam a profissão e, de forma específica, nas resoluções dos conselhos federais.

Trazendo estes conceitos para o Serviço Social, pode-se apreender que as competências dos assistentes sociais consistem, de modo geral, em operacionalizar sua capacidade teórico-metodológica, investigativa e ético-política, transfigurando-as para o campo de suas atribuições e de seus instrumentais técnico-operativos, de forma que se permita

uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade; [...] Capacitação teórica que saliente a necessidade de tratar o campo das mediações, possibilitando transitar de níveis mais abstratos para as singularidades da prática profissional. [...]E capacitação ético-política que consolide os valores e princípios no atual código de ética profissional e possibilite apreender a prática profissional em sua dimensão teleológica [...] (ABEPSS, 1996) .

No que tange à profissão de assistente social, a Lei 8662/93 expressa quais são suas competências e atribuições privativas. Durante o exercício profissional, o assistente social faz uso de um cabedal de conhecimentos teórico-metodológicos que visam a dar respostas às demandas, assim como se utiliza de componentes éticos e legais, pertinentes à realidade em que se apresenta.



Destarte, a prática profissional é mediada por uma dimensão interventiva aliada à dimensão investigativa, transformando-se nas formas concretas do agir profissional que, quando embasadas por uma consistência teórica, evidenciam o compromisso ético e a competência profissional.

Este olhar crítico possibilita que o profissional apresente respostas mais qualificadas, mas que não são suficientes apenas em âmbito técnico-instrumental, permitindo a diferenciação entre as competências exigidas pelo órgão empregador e aquelas defendidas pelo projeto ético-político da profissão.

Considerando a Lei 8662/93, particularmente as disposições dos artigos 4.º e 5.º, que estabelecem, respectivamente, competências e atribuições privativas da (do) assistente social, temos:

Art. 4.º Constituem competências do assistente social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 1993)

A mesma Lei estabelece ainda as atribuições privativas da profissão, que são assim descritas:

Art. 5.º Constituem atribuições privativas do assistente social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais,



informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CONSELHO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1993).

A regulamentação da profissão através desta lei pode ser considerada um dos maiores avanços da profissão. Este instrumento sinaliza o norte da profissão e propicia, principalmente, que o assistente social entenda seu exercício profissional diante das determinações efetuadas pelo espaço sócio-ocupacional em que está inserido como trabalhador.

O reconhecimento destas competências e atribuições deve constituir a instrumentalidade da profissão, como possibilidade de fortalecimento das dimensões investigativa, interventiva e ético-política, as quais constituem o fazer profissional.

Ademais, no que tange às atribuições privativas, entendidas como “conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais” (CFESS, 2002, p. 11), estas devem ganhar relevo especial, como atividades que constituem a particularidade do fazer profissional do Serviço Social, diferenciando-o das demais profissões, principalmente da área das ciências humanas com as quais, não raro, é confundido.

Outra questão que imprime relevância ao reconhecimento das atribuições privativas refere-se à distinção que este propicia frente a práticas que, comumente tidas como assistencialistas e beneficentes, são realizadas por leigos. Fato inconteste, a prática profissional do assistente social parte de uma apreensão minuciosa da realidade que, balizada por princípios éticos e por referenciais teórico-metodológicos, permitem que o profissional lance mão de estratégias e instrumentos técnico-operativos que respondam às necessidades postas pela realidade.

Há que se reconhecer que “os desafios presentes no campo da atuação exigem do (a) profissional o domínio de informações, para identificação dos instrumentos a serem acionados



e requer habilidades técnico-operacionais, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais”. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2002, p. 11).

As mudanças contemporâneas no mercado de trabalho também constituem desafios aos assistentes sociais, na medida em que implicam demandas distintas das tradicionalmente colocadas à profissão. Isto acaba por interferir na identidade da profissão, como justifica Iamamoto ao afirmar que “alteram-se as demandas e, conseqüentemente, os assistentes sociais passam a executar funções que, muitas vezes, não são por eles reconhecidas como atribuições privativas, tais como estabelecidas tradicionalmente”. (2002, p. 38).

Neste íterim, mister se faz que as ações e intervenções perfilhadas pelos profissionais de Serviço Social venham acompanhadas de uma reflexão e avaliação teóricas contínuas acerca da atividade profissional realizada, de forma que sempre que possível possa se questionar a relação em que determinada demanda e sua respectiva resposta dizem respeito ao Serviço Social. Desta forma, será possível “[...] ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético-políticos da profissão”. (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

Netto (1996) ratifica esta afirmação quando ressalta que, para se ultrapassar os conflitos de atribuições existentes, diferenciando-as daquelas que possam ser desenvolvidas por outros profissionais, de modo a conservar sua legitimidade social tanto para os usuários, como para os empregadores, é necessário o desenvolvimento de “novas competências sociopolíticas e teórico-instrumentais” (Netto, 1996).

Entendemos que a realidade está em constante transformação, assim como os espaços de atuação profissional, que se redimensionam adequando-se às novas demandas que se apresentam. Isto permite que, além dos tradicionais espaços de atuação profissional, surjam novos espaços, o que representa para os assistentes sociais uma expansão em termos de mercado de trabalho. Abreu reflete esta questão quando diz que

as transformações nos processos pelos quais, na atualidade, são estabelecidas as relações de enfrentamento da questão social por meio da ação estatal e da ação da sociedade civil [...] implicam redefinições dos espaços tradicionais e o surgimento de novos, bem como reconfiguram as demandas profissionais e alteram as formas de inserção profissional e as condições de trabalho nos espaços públicos e privados. (ABREU, 2004, p. 62).

Exemplo disso são os Programas Universidade Aberta à Terceira Idade, que conforme já sinalizado no presente trabalho, tem-se mostrado um espaço profícuo à profissão.

Entretanto, nos questionamos: sendo estes Programas um novo espaço de atuação para os assistentes sociais, em que medida as competências e atribuições privativas desenvolvidas pelos profissionais neste espaço sócio-ocupacional se apresentam semelhantes ou distintas daquelas tradicionais? Quais as competências dos assistentes sociais nestes Programas? São desenvolvidas atribuições privativas à profissão? Estas competências e atribuições privativas são as mesmas estabelecidas na Lei que Regulamenta a Profissão? Quais os desafios para a profissão?

Com base na problematização destas indagações, procedemos à segunda etapa da pesquisa. Já identificadas as IES que contam com o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, passamos à identificação das instituições que têm em seu quadro profissional o profissional de Serviço Social.

## **2.2 Universidades Abertas à Terceira Idade: espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais**

Considerando-se o propósito de identificar a presença, competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade em Instituições Ensino Superior do Brasil, conforme sinaliza o item 1.2.1 deste trabalho, recorreremos à identificação destas Instituições.

A partir da identificação do universo aproximado de 152 IES que contam com o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, passamos à investigação da existência de profissionais do Serviço Social inseridos nestes espaços.

Como instrumento de busca destes profissionais, devido à distância geográfica e impossibilidade de uma aproximação concreta, valemo-nos de contatos via endereço eletrônico (e-mail) e telefone para a identificação dos assistentes sociais e, posteriormente, contato com estes para indagar o seu interesse em participar da pesquisa.

Do universo de 152 Instituições de Ensino Superior que contam com o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, foram identificadas 30 IES que contemplam em seu quadro profissionais de Serviço Social, conforme demonstra o gráfico abaixo:



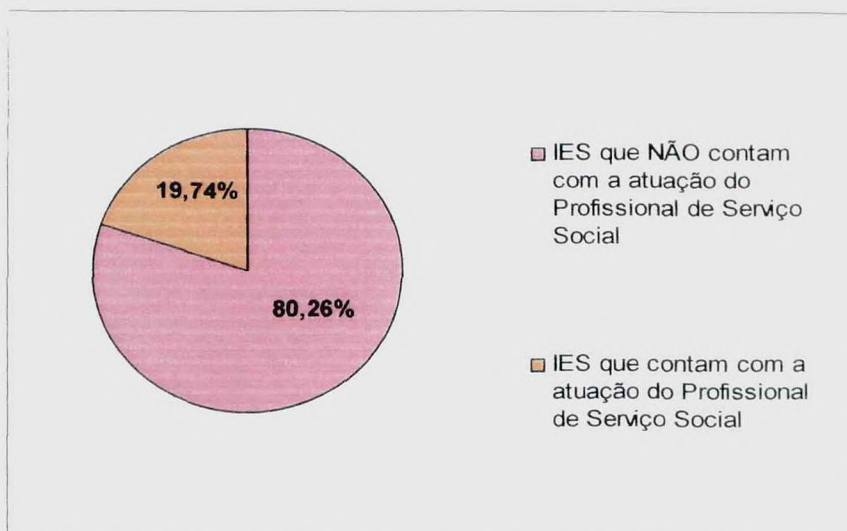


Figura 2: Presença de Profissional de Serviço Social nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade das IES do Brasil.

Como é possível observar na Figura 2, de um universo de 152 Instituições de Ensino Superior que contam com o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, apenas 19,74% contam com a presença de assistentes sociais em sua equipe profissional, ou seja, das 152 IES, apenas trinta são espaços de atuação do Serviço Social, e foi possível identificar, em cada Programa voltado à Terceira Idade, a presença de um (a) assistente social.

Cabe ressaltar que, devido às dificuldades já apresentadas, do universo de trinta assistentes sociais identificados, conseguimos contato com apenas vinte destes profissionais.

Passamos à segunda fase de efetivação da pesquisa. Trata-se agora de uma pesquisa quantiquantitativa exploratória e descritiva, cuja técnica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionário de doze questões (Apêndice 1) contendo questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, aplicado ao universo dos vinte assistentes sociais.

A pesquisa exploratória, de acordo com GIL (1996, p. 45), visa a uma maior aproximação com o problema para torná-lo mais explícito, mais claro ou desenvolver hipóteses, visando, principalmente, a aperfeiçoar idéias ou descobrir intuições. Já o estudo descritivo, de acordo com o mesmo autor, tem por finalidade descrever as características de determinada população ou fenômenos e estabelecer relações entre variáveis.

Na elaboração do questionário, priorizou-se o uso de perguntas fechadas, de múltipla escolha com escala e perguntas de múltipla escolha combinada com respostas abertas, por permitir uma fácil tabulação.

As questões de múltipla escolha referem-se às competências e atribuições realizadas pelos profissionais de Serviço Social no âmbito das UnATIs, objeto a ser analisado durante a pesquisa.

A lista de atribuições e competências elaboradas para o questionário teve como base os artigos 4.º e 5.º da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social, já destacada neste trabalho. Os referidos artigos listam, respectivamente, o que são competências do profissional de Serviço Social e o que constituem suas atribuições privativas.

Além destas questões, buscamos identificar outros pontos de igual relevância, como a presença de entraves para o desenvolvimento destas atribuições e competências, bem como os desafios postos à profissão inserida nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade.

Tanto a distribuição aos assistentes sociais quanto a devolução dos questionários foram feitas via endereço eletrônico ou via correio. Apesar da vantagem de ser ter uma maior cobertura e um baixo custo, o envio dos questionários via correio eletrônico apresentou limitações relacionadas ao pouco retorno e também ao fato de que alguns profissionais apresentam dificuldades quanto ao acesso à internet.

Dos trinta assistentes sociais identificados inicialmente, enviamos o questionário a vinte. Destes, onze assistentes sociais devolveram o referido instrumento, o que significa que obtivemos uma amostra representativa de 36,6% do universo que, para fins de pesquisa, superou a marca mínima necessária de 10% para validar os dados aqui trazidos.

Após a devolução dos questionários, procedemos à codificação dos dados, no sentido de identificar possíveis informações equivocadas e ratificar se os dados estavam completos. Esta análise das informações tem por objetivo “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando com o contexto cultural da qual faz parte” (MINAYO, 2002, p. 69).

Tendo por base as respostas enviadas, estas informações foram sistematizadas em tabelas e figuras para uma melhor visualização dos resultados e entendimento da análise proposta na pesquisa.

Como destaca Oliveira (1999) “a tabulação pode ser feita à mão, mecânica ou eletronicamente. Em projetos menos ambiciosos, geralmente se utiliza a técnica de tabulação manual”. (OLIVEIRA, 1999, p. 183). No caso da pesquisa ora apresentada, devido à pouca quantidade de questionários a serem analisados, procedemos à técnica manual para a codificação dos dados e recorreremos ao aplicativo Microsoft Excel® para a tabulação destes.



No que se refere às questões dissertativas, estas também foram organizadas no sentido de facilitar a análise posterior. Primeiramente, foi realizada uma leitura geral, no intento de classificar as respostas por proximidade de conteúdo, o que permitiu um panorama geral do conteúdo explicitado nas respostas dos assistentes sociais. Neste sentido, “tornar os dados inteligíveis significa organizá-los de forma a propor uma explicação adequada àquilo que se quer investigar”. (GIANFALDONI; MOROZ, 2002, p. 73).

Isto realizado, procedeu-se a uma segunda leitura, e as respostas foram reagrupadas por semelhança de conteúdo, permitindo a análise e sistematização por incidência de respostas. É o resultado deste processo que apresentamos a seguir.

### 2.3 Competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade em IES do Brasil

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa realizada junto a assistentes sociais que atuam nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade de onze Instituições de Ensino Superior de diferentes regiões do Brasil, conforme indicamos no quadro abaixo:

Região do País	Nome das Instituições	Natureza da Instituição	Programa em que o Assistente Social está inserido
<b>Região Sudeste (04)</b>	Universidade Federal do Espírito Santo	Pública	Universidade Aberta à Terceira Idade
	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	Pública	Universidade Aberta à III Idade -UNATI - Franca
	Universidade de São Paulo	Pública	Universidade Aberta à Terceira Idade
	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Pública	Cuidado Integral à Pessoa Idosa
<b>Região Sul (05)</b>	Universidade Luterana do Brasil - ULBRA Gravataí	Privada	Universidade Aberta para a Terceira Idade
	Universidade de Caxias do Sul - RS	Privada	Universidade da Terceira Idade
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Privada	Programa GERON/Universidade da Terceira Idade

	Universidade Federal de Santa Catarina	Pública	Núcleo de Estudos da Terceira Idade
	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Pública	Universidade Aberta à Terceira Idade
<b>Região Nordeste (02)</b>	Faculdade de Ciências Educacionais - FACE	Privada	Faculdade Aberta da Terceira Idade
	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Pública	Universidade Aberta a Terceira Idade

Quadro 1: Distribuição dos assistentes sociais por instituições de ensino superior e programas em que atuam.

A partir do quadro 1, observamos que a maioria dos profissionais de Serviço Social que se dispuseram a responder ao questionário da pesquisa atuam na Região Sul do país, (cinco instituições), seguido da Região Sudeste (quatro instituições). Apenas dois profissionais da Região Nordeste participaram da pesquisa.

Podemos apreender ainda que, majoritariamente, os profissionais estão inseridos em Instituições Públicas (63,6%), contra 36,4% inseridos em Instituições Privadas de Ensino. Isto demonstra que os Programas e Projetos de Educação Permanente para idosos – tema da terceira idade – ainda é uma questão de atenção pública, a despeito de profissionais terem alguma atuação em instituições privadas.

No que se refere ao vínculo empregatício dos profissionais de Serviço Social nas IES, constatamos o que segue, conforme o gráfico da Figura 3.



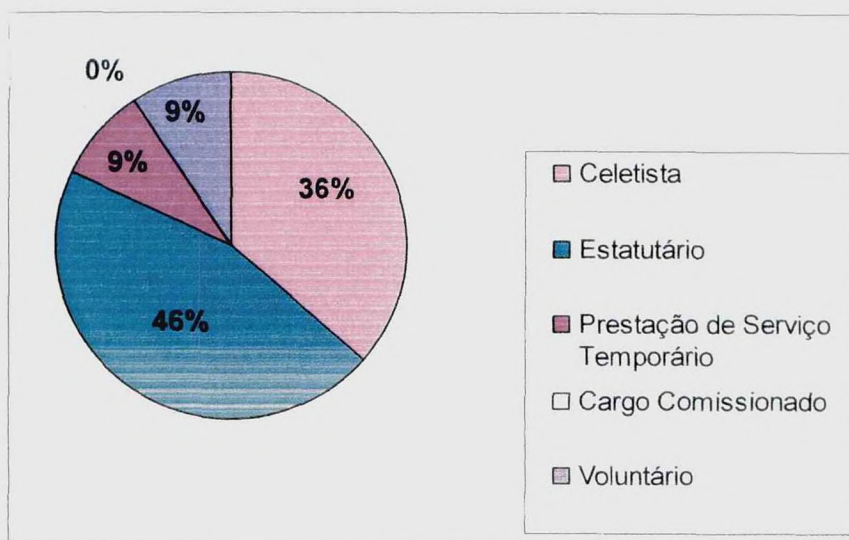


Figura 3: Vínculo empregatício dos assistentes sociais nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade.

A Figura 3 demonstra que o vínculo estatutário prevalece, com 46%, seguido do regime celetista, com 36%. Acreditamos que isso se deve ao fato de que, sendo o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, inserido em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, muitos dos profissionais que atuam nestes programas são professores da própria instituição, que dedicam algumas horas semanais aos projetos para a terceira idade. Apenas um profissional de Serviço Social atua como voluntário, mas especificou que isto se deve à pesquisa de Mestrado que realiza no referido Programa.

Além disso, sete dos onze assistentes sociais que responderam à pesquisa, conforme consta no Quadro 1, atuam em instituições públicas de ensino, tanto federais como estaduais, fato que também explica a prevalência do vínculo empregatício estatutário.

Pode-se apreender, também, que a presença do profissional de Serviço Social nestes programas depende da disponibilidade dos professores para atuarem nestes projetos já que, quando da ausência destes, não há nenhum tipo de contratação que vise a suprir a demanda.

No que concerne ao tempo de atuação dos assistentes sociais no Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, a figura abaixo nos informa que:

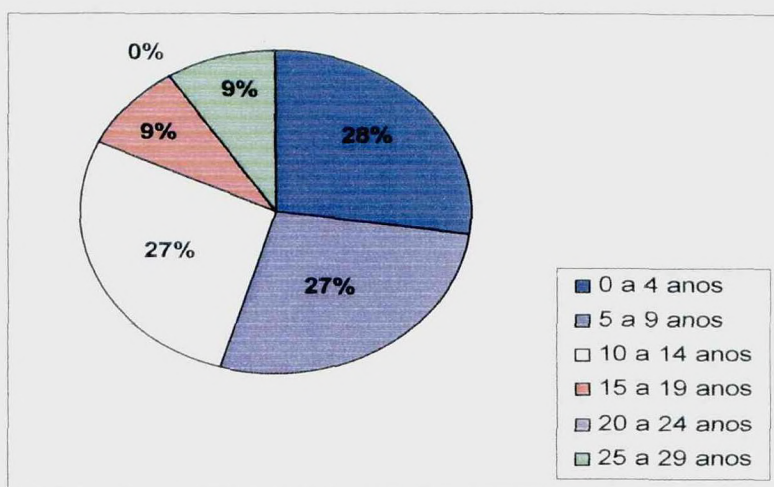


Figura 4: Tempo de atuação dos assistentes sociais no programa Universidade Aberta à Terceira Idade.

Dos onze assistentes sociais que participaram da pesquisa, 28% atuam entre 0 a 4 anos; 27% dos assistentes sociais atuam entre 5 e 9 anos e outros 27% dos profissionais atuam entre 10 e 14 anos. Apenas 9% dos profissionais atuam no Programa entre 15 e 29 anos.

Demonstra-se um tempo médio de atuação relevante, demarcando ser uma área de interesse da profissão há alguns anos e que coincide com o momento de surgimento e, principalmente, de visibilidade que o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade ganha no Brasil. Como já demonstrado no item 1.2.1 do primeiro capítulo deste trabalho, estes Programas surgiram na década de 1980 e se expandiram consideravelmente entre 1990 e 1999.

Quanto à carga horária semanal dos profissionais de Serviço Social nos Programas identificamos que:



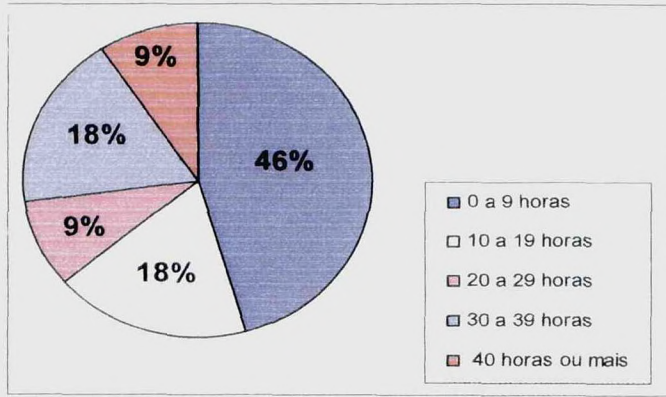


Figura 5: Carga horária semanal dos assistentes sociais no programa Universidade Aberta à Terceira Idade.

Com base na figura 5, percebemos que 46% dos assistentes sociais que participaram da pesquisa têm uma carga horária no programa que varia de uma a nove horas semanais; 18% dos profissionais atuam entre dez e dezenove horas semanais; outros 18% dos assistentes sociais atuam entre trinta e trinta e nove horas semanais e apenas 9%, ou seja, um assistente social atua quarenta horas semanais, de forma exclusiva no programa.

Assim, ratificamos o que já havíamos constatado na figura 3, de que a atuação dos profissionais no programa depende da carga horária disponibilizada pelas IES que empregam os assistentes sociais.

No que diz respeito ao processo de formação continuada, identificou-se que todos os assistentes sociais concluíram algum curso de pós-graduação, seja ele *Lato* ou *Stricto Sensu*, conforme demonstra a figura que segue:

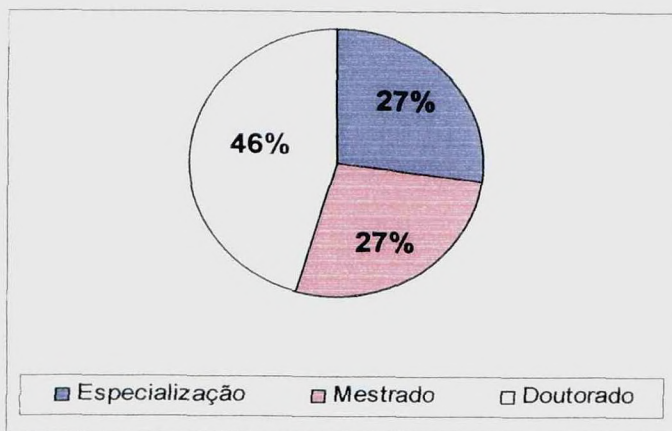


Figura 6: Titulação dos assistentes sociais.

Referenda-se aqui que a maior parte dos assistentes sociais, 46% que atuam no programa Universidade Aberta à Terceira Idade têm doutorado; 27% têm mestrado e outros 27% possuem especialização. Percebe-se a preocupação, por parte dos profissionais, em buscar uma qualificação e aprimoramento dos conhecimentos, o que fortalece ainda mais o exercício profissional.

Ademais, a capacitação de doutorado indica que, por tratar-se de IES, a questão da velhice constitui-se também tema de pesquisa.

Acreditamos que este processo de qualificação continuada se faz indispensável ao profissional de Serviço Social, não só para o seu aprimoramento como profissional, mas também no que se refere a sua permanência no mercado de trabalho, ainda que esta não seja a única condição para a sua empregabilidade.

É fato que o cotidiano do exercício profissional exige a atualização, acompanhando o movimento e as mudanças da realidade. Neste sentido, a pesquisa, a leitura e o debate auxiliam no processo de trabalho e permitem a reflexão das ações interventivas, evitando, na maior parte das vezes, uma reprodução de ações burocráticas.

Silva (2007) corrobora neste sentido, afirmando que

*é nesta relação que a pesquisa se insere como um ingrediente imprescindível para o profissional mirar a realidade, dialogar criticamente com ela, produzir um conhecimento sobre esse processo - ainda que nem sempre exato e inacabado - e subsidiar alternativas viáveis para serem praticadas. (SILVA, 2007, p. 290).*

Em se tratando da temática do idoso e da inserção dos assistentes sociais nas UnATIs, julgamos ainda mais imprescindível esta qualificação e aprimoramento profissionais, por se tratar de uma área que apresenta particularidades e que, no processo de formação em Serviço Social na academia, dá-se pouca ênfase.

No que se refere aos projetos em que os assistentes sociais encontram-se vinculados no programa Universidade Aberta à Terceira Idade, foi possível estabelecer uma descrição, baseada no número de ocorrências. A maioria dos profissionais de Serviço Social atua em Projetos com ênfase nas áreas da educação, saúde, lazer e direitos dos idosos, com grande destaque para este último, priorizando-se a Rede de Proteção Social. Nota-se, também, a proeminência da reflexão acerca das políticas sociais na área do envelhecimento.

Majoritariamente a atuação dos assistentes sociais se dá em projetos multi e interdisciplinares, com grande ocorrência de atuação direta entre o profissional e os usuários, sejam estes idosos ou seus cuidadores.



Sinalizado isto, passamos então para o cruzamento de dados que se refere efetivamente às competências e atribuições desenvolvidas pelos assistentes sociais no programa Universidade Aberta à Terceira Idade, tendo como base a Lei que regulamenta a profissão. Listamos no questionário as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e pedimos que fossem assinaladas as que são desenvolvidas no programa em questão. Os dados obtidos são apresentados na tabela abaixo:

<b>COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DESENVOLVIDAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE DAS IES DO BRASIL</b>		
<b>Competências Profissionais dos Assistentes Sociais</b>	<b>Nº de AS</b>	<b>%</b>
Planejamento das ações interventivas e divulgação de ações (da instituição, dos projetos, das ações do profissional)	10	90,9
Desenvolvimento de Programas e Projetos	10	90,9
Participação em equipes multidisciplinares/Participação em reuniões de equipe	10	90,9
Realização de estudos, levantamentos e pesquisas sobre os usuários	10	90,9
Assessoria, consultoria técnicas	10	90,9
Articulação Intrainstitucional	9	81,8
Elaboração e coordenação de planos, projetos e programas	9	81,8
Organização de documentação	9	81,8
Orientação a indivíduos, famílias, grupos, comunidade para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos	9	81,8
Mobilização da comunidade	9	81,8
Articulação interinstitucional e comunitária	8	72,7
Atividades de recepção de clientela	8	72,7
Organização de eventos e realização de campanhas educativas	8	72,7
Participação em reuniões com os usuários	8	72,7
Ações de capacitação	7	63,6
Acolhimento e Acompanhamento individual, familiar, outros	7	63,6
Coordenação de pessoas (equipe de trabalho)	7	63,6
Avaliação/análise de planos, programas e projetos	6	55
Mediação entre os usuários e a instituição	6	55
Captação de recursos para o programa/projeto/instituição	5	45
Orientação social e encaminhamentos de providências a indivíduos, famílias, grupos, comunidade	5	45
Supervisão de planos, programas e projetos	5	45
Acompanhamento/capacitação de conselhos de direitos sociais	4	36,3
Levantamento de recursos individuais e/ou coletivos que possam fortalecer o usuários no enfrentamento das questões apresentadas	4	36,3
Ocupação de cargos e funções de direção	3	27,2
Planejamento, organização e administração de benefícios e serviços sociais	3	27,2
Atendimento aos funcionários da instituição	2	18,1
Realização de estudos sócio-econômicos	2	18,1
<b>Atribuições Privativas desenvolvidas pelos Assistentes Sociais</b>	<b>Nº de AS</b>	<b>%</b>
Treinamento, avaliação e supervisão de acadêmicos de Serviço Social	7	63,3

Tabela 1: Competências profissionais e atribuições privativas desenvolvidas pelos assistentes sociais nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade.



Como é possível observar, dentre as competências assinaladas pelos assistentes sociais destacam-se o planejamento das ações interventivas e divulgação das ações, sejam estas da instituição, dos projetos ou das ações do profissional, o desenvolvimento de programas e projetos, a participação em equipes multidisciplinares e em reuniões de equipe, a realização de estudos, levantamentos e pesquisas sobre os usuários e a assessoria e consultoria técnicas, todas competências profissionais realizadas por 90,9 % dos assistentes sociais.

Destaca-se ainda a articulação intrainstitucional, a elaboração e coordenação de planos, programas e projetos, a organização de documentação, a orientação a indivíduos, famílias, grupos e comunidade para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos e a mobilização da comunidade, competências realizadas por 80,1% dos assistentes sociais.

Podemos ressaltar, ainda, que todas as competências listadas foram assinaladas, o que demonstra que as atividades realizadas pelos profissionais nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade são eminentemente relativas ao Serviço Social. Estas atividades revelam o quão complexa e abrangente pode ser a atuação do assistente social.

Nota-se, também, que as competências mais assinaladas apresentam uma correlação e, por vezes, são complementares. A participação em equipes multidisciplinares exige uma articulação intrainstitucional, que, por sua vez, demanda reuniões entre as equipes. A realização de levantamentos e estudos sobre os usuários – no caso dos programas Universidade Aberta à Terceira Idade, temos o conhecimento de serem os idosos e, como ressaltado em alguns questionários, os cuidadores destes – se fazem necessários para compreender os usuários em seu contexto socioeconômico, político e cultural, visando a conhecer suas demandas e esclarecê-los quanto à identificação dos recursos disponíveis ao enfrentamento das expressões da questão social que os atingem.

Dando ênfase às competências mais assinaladas pelos profissionais, podemos sistematizar, ainda que de forma generalista, a ação profissional dos assistentes sociais inseridos nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade.

Trata-se, em grande medida, da elaboração, desenvolvimento e coordenação de programas e projetos multidisciplinares, que contam com o planejamento das ações interventivas, das quais se destacam a realização de estudos, levantamentos e pesquisas sobre os usuários e a orientação a indivíduos, famílias, grupos, comunidade para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos. Ora, se relacionarmos estes dados ao expresso na figura 6, em que 46% dos profissionais têm doutorado, mais uma vez ratificamos



a prática da pesquisa como sendo privilegiada neste espaço de produção do conhecimento que é a Universidade.

A produção do conhecimento por meio de pesquisas permite fortalecer a concatenação entre teoria e prática, favorecendo a investigação das particularidades da ação profissional, relacionado-as com teorias que embasem a intervenção. Miotto<sup>9</sup> ressalta esta questão quando diz que

a escassez de investigação sobre as particularidades das ações profissionais pode levar ao aprimoramento das formas tradicionais de intervenção, que caminham para a rotinização e naturalização das ações profissionais sem levar em consideração as bases teórico-metodológica e ético-política. Em outras palavras, propicia a aderência equidérmica de modelos metodológicos já postos, facilitando a existência de um estado de paralisia, ou seja, o profissional torna-se incapaz de colocar questões e problematizá-las, condições básicas para uma intervenção de qualidade que permita vislumbrar alternativas. (MIOTO, 2008).

Já o planejamento, no entendimento contemporâneo da profissão, se faz um instrumento inerente à prática profissional, mas ressalta-se a “necessidade de utilizarmos o planejamento como processo e como método”. (BARBOSA, 1980).

Congrega-se a dimensão política e técnico-operativa no planejamento: a primeira no sentido da tomada de decisões no cerne das relações de poder que estão envolvidas na situação em questão; a segunda, no que se refere às escolhas de métodos e instrumentos que visem à concretização da ação planejada. (BAPTISTA, 2002).

Este planejamento faz-se ainda mais imperativo se levado para o âmbito de projetos interdisciplinares, como demonstra ser o programa Universidade Aberta à Terceira Idade. A interdisciplinaridade propicia diferentes visões e conhecimentos acerca do objeto de uma referida prática, possibilitando o pluralismo na resolutividade das demandas dos usuários.

Todavia, cabe ressaltar que

no debate sobre as funções privativas do assistente social, o trabalho em equipes *interprofissionais* merece um especial destaque. É comum encontrar o assistente social partilhando atividades com outros profissionais - o pedagogo, sociólogo, o psicólogo, o médico, o arquiteto, o advogado, o economista, etc. [...] mas o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato com as mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potenciar o trabalho conjunto. (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

---

<sup>9</sup> Palestra realizada em Florianópolis, na Semana do Assistente Social, cujo tema foi a Produção do Conhecimento em Serviço Social.



Outro dado que nos chama a atenção é o fato de que, ainda que 90,9% dos assistentes sociais tenham como competência a elaboração e o desenvolvimento de programas e projetos, apenas 55% realizam a avaliação e a análise destes. Entendemos que a avaliação constitui uma etapa tão relevante quanto o próprio desenvolvimento do projeto, pois é ela que nos permite saber se estamos no caminho certo, se estamos avançando ou regredindo em relação aos propósitos do projeto e se estes estão tendo efetividade na vida dos usuários, sobretudo quando se trata de projetos multidisciplinares, em que há a intervenção de mais de uma área do conhecimento.

Evidencia-se a incidência (90,9%) de mobilização da comunidade no exercício profissional dos assistentes sociais das UnATIs. Entendemos que, neste caso, refere-se à mobilização, tanto da comunidade de idosos que participam do Programa, como da comunidade acadêmica, já que o programa é inserido nas universidades e tem como uma de suas premissas básicas inserir o idoso no meio acadêmico, propiciando uma vivência intergeracional. Ao Serviço Social, representa o desafio de conhecer os atores sociais desta comunidade, os agentes políticos, e como se constroem as relações de poder dentro deste espaço; significa também reconhecer as principais necessidades e demandas desta comunidade, propondo ações que venham a atendê-las.

Sublinha-se a assessoria e consultoria técnicas, desenvolvidas por 90,9% dos assistentes sociais no âmbito das UnATIs. Neste sentido, Fonseca afirma que

*o assistente social-assessor tem sido chamado a pensar a prática, o que significa analisar e entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social, elaborar estratégias e ações para enfrenta-las [...] Neste sentido, o assessor contribui por ser um agente externo, com olhar diferenciado e especializado sobre a questão problemática, enquanto o assessorado contribui com a mapeamento das demandas e a facilitação das informações[...] (FONSECA, 2005, p. 14).*

Acreditamos que a freqüência dos assistentes sociais inseridos nas UnATIs que realizam a assessoria/consultoria se dá por tratar-se de uma área de atuação profissional diferenciada e que vem crescendo, necessitando, desta forma, de um embasamento teórico e técnico para a sua expansão. Entendemos que esta se constitui como uma característica da formação e do espaço sócio-ocupacional em questão, principalmente por estes assistentes sociais atuarem não só nas UnATIs, mas também enquanto professores nestas instituições.



Observamos a baixa incidência do acompanhamento/capacitação de conselhos de direitos (36,3%) por parte dos assistentes sociais. Apenas um dos quatro profissionais que afirmaram participar de conselhos de direitos destacou esta como sendo uma competência importante, no sentido de apreender as ações que vêm sendo efetuadas no que se refere ao controle social para poder reproduzi-las junto aos usuários da instituição em que atua.

Como profissionais que atuam diretamente com os idosos, que conhecem as especificidades e necessidades deste segmento, o acompanhamento dos assistentes sociais das UnATIs em conselhos de direitos se mostra relevante, pois como profissionais que lidam diretamente com os idosos, reconhecem as necessidades e demandas deste segmento, podendo serem úteis na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

No que concerne às atribuições privativas da profissão, percebemos que, no âmbito dos programas Universidade Aberta à Terceira Idade, apenas uma é desenvolvida, qual seja, a que se refere ao treinamento, avaliação e supervisão de acadêmicos de Serviço Social. Dos onze assistentes sociais, 63,6% são supervisores de campo.

Consideramos relevante estimular o engajamento de estagiários nesta área, divulgando na academia esta possibilidade de atuação profissional. Percebemos que, apesar de todo o avanço no que diz respeito ao conservadorismo que outrora se fez presente na profissão, ainda há uma certa resistência quando se trata de áreas que apresentam novas concepções e alternativas de intervenção, como no caso das UnATIs.

Nota-se ainda que, a despeito de todas as práticas descritas serem de competência do profissional de Serviço Social, apenas uma destas é entendida como uma atribuição privativa da profissão.

Neste sentido, acreditamos que a atuação do assistente social em equipes multi-interdisciplinares – que, como já destacamos neste trabalho, são muito presentes nas UnATIs – seja o ponto principal desta análise, já que esta, algumas vezes, acarreta a perda de espaços para outros profissionais que, não raro, desenvolvem atividades que competem ao Serviço Social.

Nesta perspectiva, Yamamoto afirma que “possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas e desenvolvidas: se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo, progressivamente, espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 2001, p. 48).

Das competências e atribuições assinaladas pelos assistentes sociais, solicitamos que umas destas fosse destacada e comentada pelo profissional: 18% dos profissionais nada destacaram; 28% dos assistentes sociais ressaltaram a orientação social a indivíduos, famílias,



grupos, comunidade para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos direitos, como possibilidade de levar até os idosos a discussão e reflexão das leis vigentes e os recursos disponíveis para a sua efetivação.

Percebemos que a dimensão política da profissão, aliada a uma dimensão de educação social nestes espaços, se faz muito presente, e ambas, de certa forma, “produzem efeitos no modo de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na prática profissional e estão inscritas no processo de organização política destes sujeitos” (ARAÚJO, 2005).

Destacaram-se, ainda, a elaboração de projetos sociais (9%), a coordenação de equipes (9%) e a participação em equipes multidisciplinares, por propiciar uma visão global das questões trazidas pelos idosos (9%).

Diante do exposto, é possível apreender que o exercício profissional dos assistentes sociais no âmbito das UnATIs não visa somente à resolução de demandas imediatas, tampouco resume-se ao atendimento de demandas por recursos materiais, já que destas foram as competências as que menos se destacaram.

Acreditamos tratar-se de uma ação político-pedagógica, em que a questão do acesso à informação e de incentivo à participação social dos idosos têm destaque. Através de uma relação de educação social, privilegia-se a publicização dos recursos existentes para a efetivação dos direitos deste segmento etário.

No bojo destas considerações, buscamos também, através do questionário, identificar os instrumentos técnico-operativos mais utilizados pelos assistentes sociais nas Universidades Abertas à Terceira Idade, uma vez que a concretização das competências e atribuições, construídas a partir das finalidades estabelecidas no planejamento da ação, se faz através da utilização de instrumentos técnico-operativos, ou seja, de técnicas e metodologias de intervenção. Este instrumental pode ser definido como

⇒ conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. [...] Decorre que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, etc.). (MARTINELLI e KOUMROUYAN, 1994, p. 137).

Os dados obtidos apresentam-se demonstrados na tabela que segue:



<b>INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS MAIS UTILIZADOS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROGRAMAS UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE DAS IES DO BRASIL</b>		
<b>Instrumentais Técnico-operativos</b>	<b>Nº de Assistentes sociais que utilizam</b>	<b>%</b>
Palestras	11	100
Oficinas	10	90,9
Atendimento grupal	9	81,8
Avaliação	9	81,8
Reunião com equipe de trabalho	9	81,8
Pesquisa	9	81,8
Entrevista individual	8	72,7
Relatório de atividades	8	72,7
Reunião com os usuários	8	72,7
Observação	7	63,3
Seminários	7	63,3
Recursos materiais	5	45
Registro de atendimento (cadastro, prontuário, questionário, livro de ocorrências)	4	36,3
Entrevista Coletiva	3	27,2
Escuta qualificada	3	27,2
Estudo de caso	3	27,2
Estudo social	3	27,2
Visita domiciliar	3	27,2
Visita institucional	3	27,2
Parecer social	2	18,1
Diário de campo	1	9
Relatório situacional	1	9
Laudos Sociais	0	0
Plantão social	0	0

Tabela 2: Instrumentais técnico-operativos mais utilizados pelos assistentes sociais nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade das IES do Brasil.

Remetendo-nos à tabela 2, podemos apreender que os instrumentais mais utilizados são as palestras, utilizadas por 100% dos assistentes sociais no âmbito das UnATIs, seguidos das oficinas, com 90,9% e da avaliação, reunião com equipe de trabalho e pesquisa, com 81,8%. Ganham relevo também a entrevista individual, o relatório de atividades e as reuniões com os usuários, utilizados por 81,8% dos assistentes sociais.

Observamos que há correlação entre as competências mais desenvolvidas e os instrumentos técnico-operativos utilizados para concretizá-las.

Através das palestras e oficinas, é possível atingir os usuários no que se refere ao tema proposto, permitindo o repasse e a troca de informações e conhecimentos. Como já identificamos nas competências mais utilizadas pelos assistentes sociais, destaca-se a



orientação social aos indivíduos e grupos acerca de seus direitos e dos recursos para acessá-los. Acreditamos que, no âmbito das UnATIs, esta orientação se faça também através de palestras e oficinas ministradas pelos profissionais aos idosos, o que explicaria o grande número de assistentes sociais que fazem uso deste recurso.

Já as reuniões – também muito utilizadas pelos profissionais de Serviço Social nas UnATIs – realizadas entre a equipe de trabalho e também com os usuários, são espaços que propiciam a coletividade, através de encontros grupais com o objetivo basilar de promover alguma reflexão acerca de determinado tema. Também é entendida enquanto um instrumento que possibilita o planejamento das intervenções, principalmente quando se trata de reuniões entre a equipe de trabalho, podendo ser realizada tanto para a resolução de problemas como para a tomada de decisões coletivas, já que, de modo geral, a reunião possui caráter deliberativo. (SOUSA, 2008).

A reunião, como instrumento técnico-operativo, faz-se imprescindível quando se trata de uma equipe multidisciplinar, pois pode produzir resultados que incidem no trabalho em equipe, bem como nas demandas dos usuários.

Este instrumento viabiliza, ainda, a participação dos sujeitos, pois estes se manifestam utilizando seus argumentos e discursos. Isto vem favorecer a análise das possibilidades de intervenção que o assistente social pode utilizar no seu exercício profissional, buscando os melhores instrumentos a serem utilizados na situação em questão.

Assim, é através da reunião que o profissional tem a possibilidade de debater e esclarecer questões, fazer a mediação de conflitos e relações de poder, existentes em qualquer espaço sócio-ocupacional. Possibilita, ainda, a participação, a reflexão de valores éticos e morais acerca do tema discutido, a construção coletiva de estratégia de ação e a troca de idéias. (SOUSA, 2008).

Na pesquisa em questão, uma assistente social destacou que as reuniões servem também para o planejamento das ações que são planejadas em conjunto, principalmente com os usuários, já que as temáticas dos encontros são definidas pelos próprios integrantes do grupo.

A entrevista compreende um diálogo entre o assistente social e o usuário, mas diferencia-se de uma simples conversa por haver um entrevistador – o assistente social – e um entrevistado – o usuário. Entrevistado e entrevistador desempenham papéis distintos. Ao entrevistador cabe conduzir o diálogo, direcionando-o para os objetivos que se desejam alcançar (SOUSA, 2008).



O assistente social, sobretudo, deve ouvir o usuário, no sentido de compreender o que este diz para que se possa construir um conhecimento sobre sua realidade social, sob pena de comprometer a intervenção, caso isto não seja respeitado.

Desse modo, entrevistar é mais do que apenas “conversar”: requer um rigoroso conhecimento teórico-metodológico (SILVA, 1995 *apud* SOUSA, 2008), para que seja possível alcançar os objetivos de sua realização. Um dos onze profissionais que responderam à pesquisa ressaltou a entrevista como sendo base da ação do serviço social, pois é através desta que são levantadas as principais demandas do usuário idoso.

Observamos a baixa incidência de instrumentos técnico-operativos de registro, como o registro de atendimentos e o diário de campo, utilizados por 36,3% e 9% dos assistentes sociais, respectivamente. Esta comunicação escrita permite que outros profissionais tenham acesso ao trabalho que já foi desenvolvido pelo assistente social e o fato de estes profissionais serem pesquisadores, como já destacado anteriormente, nos faz corroborar a necessidade de anotações para o desenvolvimento das pesquisas. A hipótese é a de que haja algum meio de registro, mas que não vem sendo entendido pelos profissionais como um instrumento técnico-operativo.

Além disso, os registros escritos permitem uma sistematização da prática, garantindo a visibilidade e relevância da atividade desenvolvida, assim como permite dar uma história, tanto ao exercício profissional e à inserção do assistente social na instituição como aos usuários atendidos por ela.

Em contrapartida, observamos que um instrumento de trabalho escrito teve alguma relevância entre os profissionais: o registro de atividades, utilizado por 72,7% dos assistentes sociais. Faleiros reflete acerca disso e questiona,

as estatísticas, relatórios [...] recolhem dados sobre o cotidiano das camadas que são atendidas pelas instituições. São formas de sistematização do conhecimento sobre a vida da população [...]. Estas tarefas e exigências institucionais, em geral para controle, não podem transformar-se em mecanismos de autoconhecimento da população para a elaboração de estratégias conseqüentes da ação da consecução de seus interesses imediatos e mediatos? [...] (FALEIROS, 1993, p. 54-55).

Na pesquisa realizada, um profissional destacou este instrumento como uma forma de garantir institucionalmente um acervo histórico das atividades realizadas, no intento de manter o trabalho atualizado junto à instituição.

Outro destaque por parte dos profissionais foi a avaliação. Entretanto, percebemos certa contradição já que, no quadro 1 de competências e atribuições, esta foi marcada por 55%



dos profissionais, enquanto no quadro 2 de instrumentos técnico-operativos, esse item teve 81,8%.

Dois dos assistentes sociais ressaltaram a avaliação como um instrumento relevante, ao menos semestralmente, no sentido de avaliar as metas e objetivos do programa, para aplicar as melhorias necessárias nas atividades que são oferecidas aos idosos.

1. No bojo das considerações realizadas até o momento, podemos estabelecer que as ações profissionais realizadas pelo Serviço Social no âmbito das UnATIs podem ser classificadas conforme os três processos interventivos articulados e debatidos por MIOTO, 2006 (apud LIMA, 2006, p. 53) que consistem em:
  2. Processos político-organizativos, os quais correspondem ao conjunto de ações profissionais que visam à participação política e a organização da sociedade civil no que se refere à garantia e ampliação de seus direitos e no exercício do controle social. No caso da atuação nas UnATIs, observamos que este processo se faz presente através da mobilização dos idosos e da comunidade, além da assessoria e consultoria técnicas;
  3. Processos de planejamento e gestão, que se constituem no conjunto de ações profissionais desenvolvidas através de cargos gerenciais e administrativos, seja em instituições, empresas públicas ou privadas, ou ainda em programas e projetos, conforme identificamos nas UnATIs, quando constatamos que 81,8% dos assistentes sociais coordenam e desenvolvem programas e projetos voltados ao segmento idoso;
  4. Processos sócio-assistenciais, na medida em que se situam no âmbito da intervenção direta com os usuários, a partir de demandas singulares. Neste caso, a orientação a indivíduos, famílias, grupos, comunidade, para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos, bem como a participação em reuniões com os usuários desenvolvidas nas UnATIs, destacam-se como ações integrantes deste processo.

Identificadas as categorias competências profissionais e os instrumentos técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais nas UnATIs, buscamos identificar também as dificuldades encontradas pelos referidos profissionais, no que diz respeito ao desenvolvimento das competências e atribuições que lhes competem.

As dificuldades mais destacadas pelos profissionais relacionam-se aos escassos recursos materiais, administrativos e humanos destinados ao programa UnATI, além do tempo reduzido dos profissionais professores nas atividades do programa, já que, conforme



assinalamos na figura 5, a atuação dos profissionais no programa depende da carga horária disponibilizada pela IES que os empregam.

Outros entraves assinalados versam sobre o pouco referencial teórico do Serviço Social para a atuação com idosos, além da falta de reconhecimento deste espaço sócio-ocupacional, tanto por parte dos dirigentes, como da própria categoria profissional.

Ademais, nas Universidades nas quais os programas Universidade Aberta à Terceira Idade estão inseridos, há pouca definição institucional formal do programa na própria estrutura da universidade. Esta foi mais uma das dificuldades apontadas pelos assistentes sociais, que pôde ser ratificada na realização da presente pesquisa, já que, em contatos telefônicos com algumas destas instituições, desconhecia-se a existência destes programas.

Este desconhecimento, aliado à falta de recursos institucionais, dificulta sobremaneira o exercício profissional. Fato incontestado é que o desconhecimento da relevância social destes programas impõe obstáculos ao repasse de recursos, dificultando o andamento das atividades destinadas ao segmento idoso.

Outra limitação observada refere-se às condições de acessibilidade nos locais destinados ao Programa, o que prejudica a segurança do usuário idoso. Contraditoriamente, observamos que, a despeito do destaque que a área do envelhecimento vem recebendo, a maior parte das limitações destacadas pelos assistentes sociais refere-se aos poucos investimentos nos Programas. Em outras palavras, os Programas são implementados, mas as condições para o seu efetivo funcionamento são insuficientes.

Neste sentido, chamou-nos a atenção a fala de uma assistente social que destaca esta falta de reconhecimento e recursos quando questiona: “O social fica só no discurso?” Acreditamos que este questionamento é pertinente, pois apesar do grande contingente de idosos em nosso país, percebemos que ainda há uma preocupação maior com os demais segmentos da sociedade, que se explica por ser esta parcela da população ainda ativa para o mercado de trabalho.

Ademais, admira-se que esta falta de reconhecimento ocorra no interior das próprias Instituições de Ensino Superior, que deveriam ser as maiores incentivadoras destes programas, que como já ressaltamos, são espaços privilegiados para a prática da pesquisa e da extensão, funções básicas de qualquer instituição universitária. Como é sabido

a relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. A extensão, como a ação que possibilita a interação entre universidade e sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática,



promovendo a troca de saberes acadêmico e popular. (AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000 *apud* SILVA; QUIMELLI, 2006, p. 283).

Este paradigma deve ser ultrapassado, já que a realidade do país nos mostra que muitos idosos continuam a participar da força de trabalho e a grande maioria ainda, a despeito de suas baixas aposentadorias e pensões, contribuem financeiramente para o sustento da família.

Como já demonstramos no presente trabalho, o contingente de idosos irá passar dos atuais 15 milhões de pessoas para 32 milhões até o ano de 2025, conforme dados da OMS. O Ministério da Saúde investe mais de R\$ 7 bilhões anualmente com a saúde do idoso, números relevantes e indispensáveis. Entretanto, precisamos levar em consideração o conceito de saúde preconizado pela OMS, qual seja, a saúde como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1948).

Posteriormente, a VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), definiu:

Saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação; educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acessos aos serviços de saúde, é assim antes de tudo, o resultado das formas de organização social. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. 8., 1986).

Desta forma, entendemos que, para um completo bem-estar do idoso, os investimentos na saúde são necessários, mas também os investimentos na educação são imprescindíveis. Como já demonstramos no item 1.3 do primeiro capítulo do presente trabalho, a educação permanente tem contribuído consideravelmente para o bem-estar mental e social dos idosos, através dos programas para a terceira idade nas IES do país.

Por outro lado, como também já destacamos em seção anterior, apenas 152 IES das 2.270 no país contam com o programa Universidade Aberta à Terceira Idade, ou seja, apenas 7% destas instituições vêm demonstrando preocupação com a questão social do idoso, número muito aquém das necessidades deste segmento etário no Brasil.

Investir nestes Programas e, sobretudo, na formação de recursos humanos capacitados para o trabalho com os idosos, fazem-se imperativos na atualidade. Este entendimento também deve ser levado aos cursos de Serviço Social do país, que pouco investem na formação de profissionais nesta área específica. No próprio currículo do curso de Serviço Social da UFSC, não se encontram disciplinas voltadas ao trabalho social com idosos, o que pode demonstrar um desconhecimento e/ou pouca valorização desta área.



Em quatro anos de permanência nesta Universidade, apenas em um semestre foi oferecida uma disciplina optativa especificamente voltada ao idoso. Porém, ressalta-se que esta foi disponibilizada em horário vespertino, período em que muitos acadêmicos estão em estágio, inviabilizando, assim, o acompanhamento destas aulas.

No que se refere aos desafios postos à profissão no âmbito das UnATIs, também estes foram assinalados pelos assistentes sociais. Alguns dos profissionais (36,3%) destacaram a inserção no currículo do curso de Serviço Social da disciplina de Gerontologia Social como um grande desafio e necessidade, no sentido de instrumentalizar o assistente social para o trabalho com idosos. De fato, esta crítica é pertinente, pois como já destacamos anteriormente, estas expressões da questão social não são tratadas de forma específica nos cursos de Serviço Social.

Entendemos que a inserção desta disciplina, ainda que no rol das disciplinas optativas, viria fortalecer e proporcionar mais visibilidade a esta área de atuação, o que, em termos de mercado de trabalho, significaria uma expansão. Na própria academia, percebemos que as políticas setoriais que recebem uma abordagem específica são aquelas que constituem o tripé da seguridade social, enquanto outras políticas setoriais, como na área da habitação, educação, meio ambiente e mesmo na área do idoso são tratadas de maneira mais superficial.

Para avançarmos em termos de mercado de trabalho e áreas de atuação profissional, a academia deve oferecer o suporte e visibilidade necessários para que, ao menos, o profissional recém-formado tenha interesse em buscar uma especialização na área do idoso.

Outros desafios também foram apontados pelos assistentes sociais (27,2%), mas entendemos serem estes os desafios de toda categoria profissional, independente da área de atuação, quais sejam, efetivar direitos em uma sociedade desigual, buscar o compromisso com o projeto ético-político da profissão e ampliar e garantir as políticas sociais, neste caso específico, as políticas voltadas ao segmento idoso.

Sabemos que o modelo de sociedade que ora se apresenta pouco se ajusta à efetivação de direitos sociais. Se, por um lado, o assistente social se posiciona em defesa da equidade, justiça social e universalização do acesso aos direitos, por outro, os serviços sociais são oferecidos focalizadamente e de forma compensatória.

No caso do segmento idoso, este enfrentamento apresenta-se ainda mais circunscrito, pois além de garantir a política já existente, há a luta por sua expansão. Há que se reconhecer que o Serviço Social necessita de estratégias que contribuam no enfrentamento das ofensivas neoliberais e conservadoras visando à reafirmação do projeto ético-político da profissão.



Um recurso relevante está no aprimoramento intelectual dos assistentes sociais, através de concepções teórico-metodológicas capazes de propiciar uma postura investigativa da realidade, no intuito de intervir consciente e criticamente na efetivação e expansão dos direitos sociais.

Foram destacados pelos profissionais, ainda que com menor incidência (9%), os poucos estudos que existem acerca da relação entre o Serviço Social e a educação; o desenvolvimento de uma perspectiva teórica na relação inter e multidisciplinar e a priorização da dimensão emancipatória que embasa os programas em questão, sem secundarizar a dimensão subjetiva dos idosos.

O enfrentamento dos desafios mencionados, conquanto não tenham garantida a sua superação, encontram respostas no fortalecimento do projeto ético-político da profissão, na medida em que “indica ações profissionais adequadas [...]” oferecendo a “possibilidade de permitir que o assistente social apreenda os fundamentos da sua intervenção profissional e que busque, conscientemente, os meios para alterar as circunstâncias que põem obstáculos à intervenção”. (GUERRA, 2007, p. 23).

Para finalizar a pesquisa, indagamos aos assistentes sociais o que para eles significa a profissão no contexto das UnATIs. Buscamos as falas que identificassem ao menos uma especificidade citada por cada profissional e duas falas nos pareceram sintetizar o significado da profissão neste espaço sócio-ocupacional para os profissionais partícipes da pesquisa.

*➤ mais um campo inovador, rico e com amplas possibilidades do desenvolvimento de uma prática profissional em que o Profissional, a despeito das dificuldades, encontra um terreno fértil para trabalhar em consonância com os preceitos do projeto ético-político da profissão: no desvendamento de situações opressoras, na análise e interpretação da realidade, na assessoria, na capacitação (instrumentalização), na formação e sobretudo no que concerne ao repasse de informações sobre direitos e protagonismo social da pessoa idosa. É de grande relevância por ser a profissão que aprende e apreende a convivência interdisciplinar desde sua formação, pois nessa faculdade é presente a necessidade dessa integração, considerando a diversidade de discussões e a gama de conhecimentos adquiridos através de sua prática. (resposta do sujeito 1).*

A fala do sujeito 1 demonstra que a atuação do Serviço Social nas UnATIs busca sustentar a consonância de suas ações com os princípios fundamentais que norteiam a ação profissional do assistente social. Ao mencionar o “desvendamento de situações opressoras” podemos identificar a conformidade com o atual Código de Ética Profissional, quando este mantém como princípio o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito,



incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Entendemos que o Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional contribui com aportes teórico-metodológicos que propiciam a releitura do social e da velhice. O destaque para o protagonismo social da pessoa idosa e para a participação social e comunitária deste segmento etário propicia a difusão de uma outra representação social da velhice, na qual esta pode ser encarada de forma positiva, como uma etapa em que é possível lograr realizações pessoais e coletivas.

Outra profissional sintetizou o significado do exercício profissional nas UnATIs, afirmando que o papel do Serviço Social

*é executar programas que visam à construção da cidadania na terceira idade, estimular os alunos/idosos a conhecer seus direitos sociais através das políticas sociais para a terceira idade e a identificar várias formas de participação social presentes em seu cotidiano. Mostrar que as UnATIs são um espaço para o exercício da cidadania, na medida em que propicia reflexões críticas das questões do envelhecimento, nos aspectos físico, psíquico e social, bem como propicia informações e reflexões sobre questões da cidadania e a garantia e efetivação dos direitos sociais. Nosso compromisso com o projeto ético-político da profissão é mostrar que embora os direitos dos idosos à saúde, nutrição, previdência social, transporte, acesso à cultura, esporte, turismo e empréstimos consignados, habitação, e acesso à justiça, estejam assegurados a todos pela lei, nem sempre são efetivados. [...] Um dos pontos positivos em nosso trabalho é o interesse que os idosos têm demonstrado tanto nas reflexões acima mencionadas, como também nas atividades desenvolvidas em cada área temática. Fato concreto a registrar nestes 19 anos de funcionamento refere-se aos depoimentos de médicos, geriatras e outros profissionais da saúde afirmarem que seus pacientes, participantes da UnATI, apresentam significativa melhora em seu estado de saúde e bem-estar. (Fala do sujeito 2).*

Aqui notamos o destaque conferido à cidadania na terceira idade e observamos o quanto este conceito é relacionado aos direitos sociais. Acreditamos que as UnATIs são espaços privilegiados para a atuação do Serviço Social, no que se refere à cidadania e ao repasse de informações acerca dos direitos sociais.

De acordo com Silva “a socialização das informações referentes aos direitos sociais é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudanças da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania”. (SILVA, 2000, p. 114).

Desta forma, o compromisso profissional com o usuário idoso passa pelo fortalecimento, ampliação e consolidação desta cidadania. Para tanto, julgamos que o incentivo à prática de reivindicação, bem como o esclarecimento dos direitos e a publicização



dos recursos disponíveis são indispensáveis, razão pela qual as UnATIs tornam-se relevantes espaços de atuação do assistente social.

Entendemos que a educação é condição *sine qua non* para auxiliar os idosos a exercerem sua cidadania, de modo que estes se sintam capazes de provocar mudanças em sua própria realidade, bem como na realidade de outros idosos.

Como nos alerta Delors, “diante dos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social” (DELORS, 2000, p. 11).

O resultado desta articulação tende a ser a inclusão social dos idosos, não só contemplada na vivência entre os pares, mas também na sua relação com as outras gerações.

A atuação de assistentes sociais nas UnATIs ainda é um campo de atuação em construção, na medida em que não é divulgado ou mesmo não é objeto de pesquisas por parte da categoria. Contudo, como demonstrado na pesquisa, em que pese o pouco desenvolvimento de atribuições profissionais privativas nestes espaços, as competências profissionais realizadas pelos assistentes sociais mantêm consonância com o projeto ético-político da profissão.

A ampliação e consolidação da cidadania, entendida como um dos princípios fundamentais expressos no Código de Ética do assistente social, surge como estratégia para a intervenção profissional com idosos nas UnATIs, partindo do princípio de que estes são espaços privilegiados para a facilitação do acesso aos direitos sociais do segmento idoso.

Desta forma, para a atuação do Serviço Social nestes espaços sócio-ocupacionais, urge que se realizem mais estudos e pesquisas acerca da questão social do segmento idoso, demonstrando-se sua relevância para a área social.

Este reconhecimento tende a trazer benefícios tanto para os idosos, no que se refere ao atendimento de suas demandas, como para a categoria profissional, que tem nesses espaços a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, através do exercício profissional concatenado aos princípios que regem a profissão. Concordamos com Iamamoto quando a autora ressalta que

*um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalhos criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, p. 20-21).*



É nisso que acreditamos quando defendemos e fundamentamos a atuação do Serviço Social nas UnATIs, na medida em que o acelerado envelhecimento da população coloca a necessidade de alternativas e estratégias para o fortalecimento deste segmento etário, estratégias estas que necessitam ser propostas e desenvolvidas por profissionais qualificados para o entendimento da realidade, sob “a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social” (IAMAMOTO, 2001).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível compreender que o fenômeno do envelhecimento populacional, antes realidade dos países desenvolvidos, passa a constituir um fenômeno sociopolítico também em países em desenvolvimento, como é classificado o Brasil.

Frente a esta nova realidade, o estudo deste processo tornou-se relevante, não só a partir da dimensão biológica, como também da dimensão econômica e social, de tal forma que os órgãos públicos e privados viram a necessidade de intervir através de políticas e serviços específicos destinados ao segmento idoso.

Dentre as instituições que passaram a conferir importância à questão social do envelhecimento através de iniciativas educacionais, estão as instituições universitárias que, através dos programas Universidades Abertas à Terceira Idade, contribuíram para uma releitura da velhice, demonstrando ser, ainda, um espaço propício ao debate e ao acesso às informações.

Neste sentido, percebendo este espaço privilegiado para a atuação do Serviço Social, buscou-se identificar a presença e as competências destes profissionais nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade nas instituições de ensino superior do país.

Uma primeira consideração a ser apontada diz respeito ao ineditismo deste trabalho, já que não foram encontradas outras produções teóricas acerca da atuação dos assistentes sociais, especificamente nos programas Universidade Aberta à Terceira Idade, de modo que consideramos ter sido uma contribuição à categoria, principalmente aos assistentes sociais que atuam nestes espaços sócio-ocupacionais, bem como àqueles que simpatizam com a temática do idoso a partir de uma perspectiva sócio-educativa e político-social.

Consideramos, também, a escassa – diria, até mesmo, inexistente – produção teórica acerca da questão do idoso em processo de envelhecimento como um objeto de intervenção do Serviço Social. De fato, este parece não ser ainda um tema de pesquisa da categoria, muito embora tenha uma relevância social inquestionável, face às atuais transformações societárias, em especial no que se refere ao envelhecimento acelerado da população, que implicam novas demandas ao Serviço Social.

Diante disso, iniciamos identificando as IES que contam com este Programa e, posteriormente, com a presença de assistentes sociais. O escopo principal foi identificar a presença, as competências e as atribuições privativas profissionais dos assistentes sociais



nestes espaços, tendo como base as referências teóricas e os aportes legais que legitimam o fazer profissional, como a lei que regulamenta a profissão.

No intuito de alcançar estas categorias, partimos de alguns questionamentos como: o vínculo empregatício dos assistentes sociais, seu tempo de atuação no programa, a carga horária de atuação, a titulação dos profissionais. Posteriormente, partimos para as questões acerca das competências e atribuições profissionais privativas, bem como os instrumentos técnico-operativos mais utilizados.

Acreditamos que os objetivos foram alcançados com êxito, já que, a partir dos resultados da pesquisa, foi possível estabelecer uma reflexão teórica acerca das particularidades do *modus faciendi* da profissão no contexto das UnATIs, partindo das dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Foi possível situar a atuação profissional dos assistentes sociais nas UnATIs, a qual se pauta a partir de uma perspectiva de atendimento voltada a projetos multidisciplinares, sócio-culturais e políticos, onde há a proeminência da reflexão acerca das políticas sociais na área do envelhecimento, ou seja, em que a prática político-pedagógica do assistente social tem destaque.

Pontuamos, no trabalho ora apresentado, que as competências profissionais neste espaço sócio-ocupacional passam pelo planejamento das ações interventivas, entre as quais se destacam a realização de estudos, levantamentos e pesquisas sobre os usuários e a orientação a indivíduos, famílias, grupos, comunidade para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos. Identificamos, também, que a única atribuição privativa da profissão diz respeito ao acompanhamento de estagiário da área de Serviço Social.

Através desta pesquisa, sistematizamos e classificamos as ações interventivas dos profissionais de Serviço Social conforme os três processos interventivos articulados e defendidos por Miotto (2006). As ações interventivas dos assistentes sociais nas UnATIs passam por Processos político-organizativos, Processos de planejamento e gestão, processos sócio-assistenciais.

Como em todos os contextos profissionais do Serviço Social, fazem-se presentes os desafios, que, neste caso específico, passa pelo pouco reconhecimento institucional e da própria categoria, que desconhece este campo de atuação. Acreditamos que, neste sentido, foi possível contribuir para o reconhecimento da atuação nestes espaços, já que, através de reflexões teóricas e embasados em aportes legais da profissão, comprovamos que o fazer profissional, a despeito de ter somente uma atribuição privativa profissional, se faz em consonância com os princípios que regem o nosso projeto ético-político.



Neste ínterim, acreditamos que abordar a dimensão interventiva, como fizemos ao longo deste trabalho, supõe também a abordagem da dimensão investigativa, na medida em que estas duas dimensões não são dicotômicas, mas complementares no fazer profissional. Assim, saber identificar o que são competências e o que constituem as atribuições privativas da profissão e sistematizar este conhecimento, fundamentando as ações profissionais teórica, ética e metodologicamente, torna-se essencial para o entendimento da profissão, para o fortalecimento da identidade profissional.

No que tange ao trabalho com idosos, a proposta que observamos ser pertinente refere-se à incorporação da questão social do idoso no processo de formação acadêmica dos assistentes sociais. O Serviço Social não pode ficar alheio ao fenômeno do envelhecimento, na medida em que esta questão tem implicações no contexto estrutural e sociopolítico da sociedade, operando modificações na dinâmica das relações sociais.

Já há, na esfera da Pós-graduação *stricto sensu*, linhas de pesquisa voltadas à Gerontologia Social, mas para que os profissionais despertem o interesse nesta área, há que se divulgar e ampliar o reconhecimento desta prática como possibilidade de intervenção profissional do Serviço Social.

O primeiro passo, acreditamos ser a inserção desta disciplina no rol efetivo das chamadas disciplinas optativas, abordando o processo de envelhecimento sob uma perspectiva de educação social e fortalecimento dos direitos. Desta forma, acreditamos que será possível avançar para a inclusão da área do envelhecimento também no rol das disciplinas obrigatórias dos Cursos de Serviço Social ainda na graduação.

Salientamos, por fim, que os programas Universidade Aberta à Terceira Idade constituem um espaço que, de fato, tem se apresentado como um facilitador no estímulo do convívio social de idosos, na reinserção dos idosos na dinâmica da sociedade e na orientação pela busca de seus direitos. Ao Serviço Social, representa um novo espaço de atuação, propício não só ao exercício profissional e ao desenvolvimento da dimensão investigativa, como também como um campo de pesquisa e construção de conhecimentos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 43-71, 2004.

ARAÚJO, Leandro José de. A dimensão educativa do Serviço Social. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57., 2005, Fortaleza. **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC**. Fortaleza: [s.n.], 2005. Disponível em:

<[http://www.sbpnet.org.br?livro/57ra/programas/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_1151.html](http://www.sbpnet.org.br?livro/57ra/programas/SENIOR/RESUMOS/resumo_1151.html)>. Acesso em: 14 out. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

**Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2008.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**. : intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000. 155p.

BARBOSA, Mario da Costa. **Planejamento e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 711 p.

BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 1, p. 8-15, 2001.

BRASIL. Lei n. 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm)>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRASIL. Lei n. 8842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8842.htm)>. Acesso em: 10 out. 2008.

CACHIONI, Meire. Universidade da Terceira Idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 113-140.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos: um estudo sobre os professores de universidades da Terceira Idade**. Campinas, Sp: Alínea, 2003.

CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso. Educação e velhice bem-sucedida no contexto das Universidades da Terceira Idade. In: CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica Sanches (Org.). **Velhice Bem-sucedida. Aspectos afetivos e cognitivos**. Campinas: Editora Papirus, 2004.

CACHIONI, Meire; PALMA Lucia Terezinha Saccomori. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. In: FREITAS, Elizabete Viana. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

CARVALHO, Maria Clotilde Barbosa Nunes Maia de. **O diálogo intergeracional entre idosos e crianças: projeto “Era uma vez... atividades intergeracionais”**. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA. 26., [200-], São Paulo. **Anais do 26º Congresso Interamericano de Psicologia**. [S. l.]: Universidade Católica do Paraná, [200-]. 141p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. 28., 1986, Brasília: Ministério da Saúde, [1986?].

DAL RIO, Maria Cristina. Trabalho voluntário como promoção da integração social do idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 49-61, abr. 2002.

DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Júlio de Assis. **Antropologia e envelhecimento**. Campinas, UNICAMP; JFCH, 1994.



DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: Ed. Edusp; Fapesp, 1999. 266p.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, D.F.: MEC: UNESCO, 1999. 288p.

ERBOLATO, Regina Maria Prado Leite. **Universidade da Terceira Idade: avaliações e perspectivas de alunos e ex-alunos.** 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e poder institucional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FONSECA, T. M. A. da. Reflexões acerca da assessoria como atribuição e competência do assistente social. **Ágora: políticas públicas e Serviço Social**, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 03 out. 2008.

GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo; MOROZ, Melania; Alves. **O processo de pesquisa: iniciação.** 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2006. 124p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 1996.

GOLDSTEIN, Lucila; NERI, Anita Liberalesso. Tudo bem graças a Deus: religiosidade e satisfação na maturidade e na velhice. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de vida e idade madura.** 1. ed. Campinas: Papirus, 1993. v. 1, p. 109-136.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 91. São Paulo: Cortez, set. 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas.** Campinas: Papirus, 2001. p. 113-139.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.** Brasília, DF, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. **Síntese de Indicadores sociais 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2008.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LOPES, Andrea. **Os Desafios da Gerontologia no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2000. 210p.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em serviço social. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 45, p. 137-141, ago. 1994.

MELLO, Guiomar Namó. Afinal, o que é competência. São Paulo: Abril, v. 160, n. 160, mar. 2003. Disponível em: <[http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0160/aberto/mt\\_246438.html](http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0160/aberto/mt_246438.html)>. Acesso em: 15 set. 2008.

MENEZES, Vanessa Baga. **Formação e atuação profissional: uma relação indissociável**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Célia de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 113-140.

NETI. **História do Núcleo de Estudos da Terceira Idade**. Disponível em: <<http://www.neti.ufsc.br>>. Acesso em: 22 ago. 2008.



NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1999.

PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida**. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

PEIXOTO, Clarisse. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, R. (Org.). **Terceira Idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

RODRIGUES, Nara da Costa. Política Nacional do Idoso: retrospectiva histórica. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 149-158, 2001.

SCHACHTER-SHALOMI, Zalman; MILLER, Ronald S. **Mais velhos Mais Sábios**: uma visão nova e profunda da arte de envelhecer. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1996.

SCHONS, Carmem Regina; PALMA, Lucia Terezinha Saccomori (Org.). **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre Gerontologia Social**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

SESC. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-29, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/93>>. Acesso em: 31 out. 2008.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Um novo fazer profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**: programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo 04. CFESS/ABEPSS/CEAS/NED - UnB, 2000, p. 113-124.

SILVA, S. P.; QUIMELLI, G. A. S. **A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político**: emancipação (UEPG), v. 6, p. 278-296, 2006. Disponível em: <<http://uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 20 out. 2008.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, n. 8, p. 119-132, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 20 out. 2008.

VALLE, Edênio. A velhice e o futuro: os novos velhos do terceiro milênio. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 10, n. 13, p. 30-46, abr. 1998.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. **Fundamentos da nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. 78p. (Cadernos UNESCO Brasil. Serie Educação; 5).



## APÊNDICE A

### *Questionário sobre as atribuições e competências do profissional de Serviço Social no Programa Universidade Aberta à Terceira Idade das IES do Brasil*

Prezada (o) Assistente Social,

Meu nome é Daniele Mafiolete, sou acadêmica da 8ª fase do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e estou desenvolvendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da Profª. Drª. Edaléa Maria Ribeiro. O tema do TCC está ligado às atribuições dos assistentes sociais nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade das Instituições de Ensino Superior do Brasil e tem como objetivos identificar as atribuições destes profissionais neste espaço sócio-ocupacional bem como os desafios postos à profissão, destacando a importância da atuação do assistente social nestes espaços.

Sua experiência é importante e contribuirá para a pesquisa, razão pela qual solicito sua resposta ao presente questionário. Posteriormente pretendo analisar os dados e efetuar o retorno das informações, de modo que sua resposta será aguardada até o dia 09/10/08. Agradeço a atenção dispensada.

1. Nome da Instituição:

2. Nome do Programa:

3. Vínculo empregatício:

( ) Regime Celetista

( ) Regime Estatutário

( ) Contrato de Prestação de Serviços Temporários

( ) Cargo Comissionado

( ) Voluntário

Outro: \_\_\_\_\_

4. Tempo de Atuação no Programa: \_\_\_\_\_

5. Carga Horária: \_\_\_\_\_

6. Formação/Capacitação Profissional :

Pós-Graduação Lato Senso:

( ) Aperfeiçoamento

( ) Especialização

Pós-Graduação Stricto Senso:

( ) Mestrado

( ) Doutorado

( ) Pós-Doutorado

7. Projetos a que está vinculado (a) no Programa:

▪

8. Assinale as Atribuições e Competências profissionais\* desenvolvidas no Programa/Projeto em que está inserido (a):

( ) Acolhimento

( ) Atividades de recepção de clientela

( ) Acompanhamento individual, familiar, outros

( ) Acompanhamento/capacitação de conselhos de direitos sociais

( ) Ações de capacitação

( ) Articulação Comunitária

( ) Articulação interinstitucional

( ) Articulação intrainstitucional

( ) Organização de documentação

( ) Divulgação de ações (da instituição, dos projetos, das ações do profissional)

( ) Mobilização da comunidade

( ) Atendimento aos funcionários da instituição

( ) Planejamento das ações interventivas

( ) Participação em equipes multidisciplinares

\* As atribuições e competências listadas têm como parâmetro a Lei 8.662/93 que dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências.



- Participação em reuniões com os usuários
- Participação em reuniões de equipe
- Organização de eventos
- Assessoria, consultoria técnicas
- Mediação entre os usuários e a instituição
- Orientação social a indivíduos, famílias, grupos, comunidade
- Orientação a indivíduos, famílias, grupos, comunidade para identificação e utilização de recursos sociais na defesa dos seus direitos
- Encaminhamentos de providências a indivíduos, grupos e à população
- Levantamento de recursos individuais e/ou coletivos que possam fortalecer o usuários no enfrentamento das questões apresentadas
- Desenvolvimento de trabalho em equipe
- Captação de recursos para o programa/projeto/instituição
- Planejamento, organização e administração de benefícios e serviços sociais
- Realização de campanhas educativas
- Realização de estudos sócio-econômicos
- Realização de estudos, levantamentos e pesquisas sobre os usuários
- Coordenação de pessoas (equipe de trabalho)
- Elaboração de planos, projetos e programas
- Coordenação de Projetos e Programas
- Supervisão de planos, programas e projetos
- Desenvolvimento de Projetos e Programas
- Avaliação/análise de planos, programas e projetos
- Ocupação de cargos e funções de direção
- Treinamento, avaliação e supervisão de acadêmicos de Serviço Social
- Outras. Quais? \_\_\_\_\_

8.1 Destaque pelo menos uma das assinaladas e comente.

▪

9. Quais os instrumentais técnico-operativos mais utilizados para a efetivação da intervenção profissional? Assinale:

- Atendimento grupal
- Avaliação
- Diário de campo
- Entrevista Coletiva
- Entrevista individual
- Escuta qualificada
- Estudo de caso
- Estudos social
- Laudo Social
- Observação
- Oficinas
- Palestras
- Parecer social
- Pesquisa
- Plantão social
- Recursos materiais
- Registro de atendimento (cadastro, prontuário, questionário, livro de ocorrências)
- Relatório de atividades
- Relatório situacional
- Reunião com equipe de trabalho
- Reunião com os usuários
- Seminários
- Visita domiciliar
- Visita institucional
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_



9.1 Destaque pelo menos um dos assinalados e comente sobre o mesmo.

- 

10. Quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento destas atribuições e competências? (Liste pelo menos três)

- 
- 
- 

11. Quais os desafios postos à profissão? (Liste pelo menos três)

- 
- 
- 

12. Para você, qual o significado da profissão inserida nas Universidade Abertas à Terceira Idade?

- Outras observações consideradas relevantes:

Agradeço a atenção dispensada no preenchimento deste questionário.